

André Luiz Gaspari

**DESPERDÍCIO DE ALIMENTOS NO VAREJO E OS
PROGRAMAS DE REAPROVEITAMENTO
ALIMENTAR – O CASO DO BOMPREÇO CHAME-
CHAME E O PRATO AMIGO**

**SALVADOR
2001**

André Luiz Gaspari

DESPERDÍCIO DE ALIMENTOS NO VAREJO E OS
PROGRAMAS DE REAPROVEITAMENTO
ALIMENTAR – O CASO DO BOMPREÇO CHAME-
CHAME E O PRATO AMIGO

Monografia apresentada no curso
de graduação de Ciências Econômicas
da Universidade Federal da Bahia como
requisito parcial à obtenção do grau de
Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador : Prof. Dr. Paulo Raimundo Brito

SALVADOR
2001

RESUMO

Traça um breve panorama da questão de desperdício de alimentos no varejo através do estudo das causas e consequências deste para o fomento da fome e suas mazelas apresentando soluções como os programas de reaproveitamento alimentar para minimizar um dos problemas sociais mais graves da nossa sociedade que é a falta de acesso a uma alimentação adequada por parte da população.

Este trabalho monográfico foi realizado através de um estudo de caso. O Projeto Prato – Amigo que une a iniciativa privada com ações do Estado. É um Projeto da Prefeitura de Salvador com instituições de varejo como o Bompreço Chame-Chame para a erradicação da fome no âmbito municipal.

Conclui-se que mesmo com todas as desigualdades existentes no Brasil, pode-se através da parceria do estado com a iniciativa privada, se combater a fome e a falta de conscientização a respeito de que o desperdício é um dos grandes males da atualidade.

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	05
INTRODUÇÃO	06
1. A FOME NO TERCEIRO MUNDO: CRISE OU ESCÂNDALO?	07
1.1 O QUE É A FOME	07
1.2 CONSEQÜÊNCIAS DA FOME	09
1.3 SITUAÇÃO VERGONHOSA PARA TODA A HUMANIDADE	12
2. O CRESCIMENTO POPULACIONAL E AS TEORIAS DE MALTHUS PARA A FOME	17
2.1 CRESCIMENTO POPULACIONAL MUNDIAL	17
2.1.1 Crescimento populacional nos países do Terceiro Mundo	18
2.2 O MALTHUSIANISMO	20
3. DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO NA SAÚDE E NA MEDICINA	30
3.1 FATOR NUTRICIONAL NA SAÚDE E NA MEDICINA	30
3.2 TECNOLOGIA ALIMENTAR	33
3.3 MUDANÇAS NA PRODUÇÃO E REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE SERVIÇOS DE ALIMENTOS NO BRASIL	35
4. O MERCADO VAREJISTA DE ALIMENTOS NO BRASIL E SUA IMPORTÂNCIA NA DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS	39
4.1 ALIMENTOS E DESENVOLVIMENTO NO BRASIL	39
4.1.1 Distribuição de Renda no Brasil	44
4.2 O MERCADO VAREJISTA DE ALIMENTOS NO BRASIL	46
4.3 TENDÊNCIAS VAREJISTAS NO BRASIL	47
4.4 SUPERMERCADOS BRASILEIROS NOS ANOS 90 – REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E PRINCIPAIS TENDÊNCIAS DO SETOR	52
4.4.1 A busca da eficiência	53
4.4.2 Automação e informatização	54
4.5 PERFIL SUPERMERCADISTA BRASILEIRO	56
4.6 DESPERDÍCIO NAS REDES DE SUPERMERCADO E O PROGRAMA “PRATO AMIGO” – O CASO DO BOM PREÇO LOJA CHAME-CHAME EM SALVADOR	57
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	72

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	Crescimento da população mundial	18
Quadro 2	Crescimento médio anual da população	19
Quadro 3	Demonstrativo da lei dos rendimentos decrescentes	23
Tabela 1	As dez maiores empresas varejistas do Brasil 1999	47
Tabela 2	Evolução da estrutura física das 300 maiores empresas de supermercados no Brasil	56
Tabela 3	Evolução do emprego nas 300 maiores empresas de supermercados no Brasil	57
Quadro 4	Perdas nos supermercados brasileiros – jan/jun 2000 (%)	59
Quadro 5	Perdas na loja Bompreço – Chame-Chame em Salvador-Ba Jan/jun 2000 (%)	60
Quadro 6	Perdas no hortifrutigranjeiro da loja Chame-Chame da rede Bompreço jun/2000 – mar/2001	61
Quadro 7	Doadores do programa em março/2001	64
Quadro 8	Doações do Bompreço Chame-Chame ao programa Prato – Amigo Maio/2000 – jun/2001 (t)	66
Quadro 9	Estratégias e táticas do programa Prato Amigo	68

INTRODUÇÃO

As questões econômicas brasileiras ainda representam um considerável obstáculo rumo ao desenvolvimento do Estado. O panorama econômico brasileiro vêm apresentando problemas já há alguns anos como em 1999 quando houve a alta do dólar e suas já conhecidas consequências e neste ano com a desaceleração da economia devido ao racionamento de energia imposto pelo Governo Federal.

O crescimento econômico realizado no Brasil não é suficiente para alterar de forma significativa o estado de pobreza de grande parte da população apesar de ter havido um crescimento de 2% do PIB no ano de 1999, este pequeno crescimento, combinado com o aumento da população, significou a queda da renda per capita dos brasileiros.

O nível de desemprego de 1999 aumentou em relação ao ano de 1998; podemos citar o fato de que em novembro de 1999, o desemprego atingiu 7,3% dos 18 milhões de pessoas que compõem a População Economicamente Ativa (PEA) das seis maiores regiões metropolitanas do país, segundo dados do IBGE.

Com uma previsão de pequeno crescimento da economia, os problemas sociais não serão combatidos com a ênfase necessária. Com a atividade econômica em patamares tão baixos o desemprego não será reduzido a níveis aceitáveis, ocasionando assim o agravamento de problemas como o aumento da criminalidade, surgimento de greves, menor poder de compra da população e conseqüentemente a fome para os mais despossuídos de recursos financeiros.

Problemas como a fome em nosso País são resultantes, em parte, pelos problemas econômicos existentes e também pelo desperdício que ocorre no País. Observa-se a grande contradição pois enquanto temos um desperdício de alimentos que se estende da lavoura à mesa do consumidor, convivemos com um grande contingente de pessoas que estão a margem do mercado consumidor.

1 A FOME NO TERCEIRO MUNDO: CRISE OU ESCÂNDALO?

*"É preciso que nosso sangue se inflame E que nos incendiemos
Para que os espectadores se comovam E o mundo abra enfim os olhos
Não sobre nossos despojos
Mas sobre as chagas dos sobreviventes" (Kateb Yacine). (Correio da UNESCO,
1982, p. 25)*

1.1 O QUE É A FOME

A fome de que se trata aqui significa a situação em que uma pessoa fica, durante um período prolongado, carente de alimentos que lhe forneçam as calorias (energia) e os elementos nutritivos necessários à vida e à saúde do seu organismo. Os especialistas em nutrição diferenciam dois tipos de fome: a global e a parcial.

A fome global, também chamada fome energética ou calórica, é entendida como a incapacidade de a ração alimentar diária ingerida por uma pessoa fornecer as calorias equivalentes à energia gasta pelo organismo nos trabalhos realizados.

Pode-se entender esse tipo de fome da seguinte forma. Os alimentos diferem entre si por uma série de características: forma, odor, paladar, cor, composição química. Diferem, ainda, quanto à capacidade que têm de fornecer caloria, isto é, capacidade de produção energética, para o organismo. Todos os alimentos que ingerimos são transformados pelo nosso organismo em energia, e é essa energia que nos possibilita o desempenho das nossas atividades diárias. Assim, uma boa alimentação requer, entre outros fatores, que os alimentos ingeridos sejam suficientes para fornecer a energia equivalente àquela dispendida pelo organismo nos trabalhos realizados.

A necessidade calórica diária varia de pessoa para pessoa e depende do clima, do modo de vida, da idade, do tipo de trabalho, do sexo. A mulher grávida, por exemplo, consome mais energia que o normal, pois precisa criar reserva para o feto; um trabalhador braçal tem necessidade de mais energia que um trabalhador intelectual, e assim por diante. (Abramovay, 1993).

Existem divergências quanto ao total de calorias diárias necessárias a um indivíduo. Alguns especialistas admitem 3.000 calorias. Outros, argumentando que a vida moderna, devido à mecanização do trabalho e outras facilidades, exige menor dispêndio de energia, afirmam que seriam necessárias apenas 2.200 calorias. No entanto, nas sociedades industrializadas se consomem de 4.000 a 5.000 calorias por dia (um verdadeiro desperdício). Enquanto o mundo industrializado tem um superconsumo, o que, por sua vez, causa problemas de saúde, o Terceiro Mundo apresenta subconsumo.

Segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e a Organização Mundial de Saúde (OMS), as calorias mínimas diárias devem ser em média: 2.258 no Paquistão 2.200 em Bangladesh, 2.475 no Marrocos, 2.110 na Índia e 2.390 no Brasil. (Amaral, 1996: 25-26).

Além das calorias, a alimentação deve fornecer determinados elementos nutritivos - como proteínas, vitaminas e sais minerais - que cumpram a função de restaurar as células, os tecidos e os órgãos de todo o nosso organismo. A falta prolongada de qualquer dessas substâncias na alimentação provoca distúrbios e lesões no organismo, com graves conseqüências à saúde. Essa é a fome denominada parcial ou específica.

Nesse caso, muitas vezes uma pessoa pode estar ingerindo diariamente uma grande quantidade de alimentos, mas sem os elementos nutritivos fundamentais para a manutenção da saúde. Ela pode estar ingerindo alimentos que lhe reponham a energia despendida e, no entanto, podem estar faltando as substâncias imprescindíveis para o bom funcionamento de todo o organismo. Em outras palavras, essa pessoa estaria mal alimentada; ela estaria ingerindo quantidade e não qualidade.

Em certas áreas de Minas Gerais constatou-se, por exemplo, grande incidência endêmica de bócio (popularmente conhecido como "papo"), que é uma disfunção da tireóide. As pesquisas demonstraram que, na alimentação diária, a população praticamente não consumia verduras, legumes e peixes, que são alimentos ricos em iodo, uma substância importante para o bom funcionamento da tireóide. Na Amazônia, a escassez ou falta de consumo de alimentos ricos em vitamina "A" na alimentação

diária de seus habitantes tem provocado xerofthalmia (cegueira noturna), mutilando suas vítimas e privando-as de uma vida plena. (George, 1988)

1.2 CONSEQÜÊNCIAS DA FOME

Os efeitos mais comuns causados pela fome, principalmente nos países do Terceiro Mundo, são a desnutrição calórico-protéica (provocada pela falta de calorias e proteínas), as doenças causadas pela deficiência de vitamina “A”, a anemia (provocada pela deficiência de ferro), o raquitismo (gerado pela deficiência de vitamina D), o bócio e os distúrbios causados pela carência de vitaminas do grupo B. (Idem)

Todas essas formas de desnutrição, quando não fazem suas vítimas diretamente, facilitam o aparecimento de outras doenças, que acabam levando o desnutrido à morte.

De acordo com George (1988, p. 31) *“os óbitos de crianças pobres nos países do Terceiro Mundo não apontam a fome ou a subnutrição como causa dessas mortes”*. Figuram como causas a pneumonia, a desidratação, a tuberculose o sarampo etc. No entanto, *“essas e outras doenças são conseqüência de um organismo debilitado ou sem resistência, em decorrência da desnutrição ou fome”*.

A desnutrição calórico-protéica, também chamada desnutrição energético-protéica (DEP), atinge grande número de crianças em idade pré-escolar nos países do Terceiro Mundo. Apresenta-se em diversos graus, sendo que os extremos ou mais graves (3º grau) exigem hospitalização para o seu tratamento. Segundo especialistas, o kwashiorkor e o marasmo são exemplos de desnutrição de 3º grau.

A palavra kwashiorkor é originada de um dialeto africano da Costa do Ouro (atual Gana) e possui vários significados, sendo o mais utilizado o de "criança desmamada". O kwashiorkor ocorre numa criança após seu desmame precoce, ou seja, quando nasce uma nova criança, num período em que há uma outra ainda sendo amamentada no seio materno, esta cede o lugar para a recém-nascida. Deixando de alimentar-se do leite materno e em razão da pouca disponibilidade de alimentos que a

família tem em decorrência de sua pobreza, a criança passa a ter uma alimentação pobre em proteínas.

Assim, o kwashiorkor é uma doença causada pela falta de proteínas e ocorre geralmente em crianças acima de seis meses de idade. Caracteriza-se por apresentar: inchaço do ventre, dando aspecto balofo; lesões na pele; parada do crescimento; retardamento mental, às vezes irreversível; lesões no fígado, com degeneração gordurosa; descolorimento dos cabelos; comportamento apático, triste, retraído. As crianças com kwashiorkor chegam a atingir dois ou três anos de idade indiferentes ao mundo que as rodeia. Não engatinham nem andam, e geralmente morrem de doenças como coqueluche, rubéola, sarampo e outras mais, que numa criança bem alimentada raramente causam a morte.

O marasmo, outra forma de extrema desnutrição, causada pela deficiência de calorias na dieta alimentar da criança, ocorre geralmente nas primeiras semanas de vida. Caracteriza-se por emagrecimento, parada do crescimento longitudinal e extrema debilidade. A criança chega a ter o seu peso 60% inferior ao normal. (Amaral, 1996)

Existem ainda os casos de desnutrição leve e moderada, chamados respectivamente de primeiro e segundo grau. Trazem, também, graves conseqüências à saúde e ao desenvolvimento do ser humano e minam a resistência orgânica, abrindo brechas para o estabelecimento de várias doenças.

Cerca de metade da população infantil mundial de menos de seis anos apresenta sintomas de desnutrição grave, moderada e leve. Segundo dados da OMS, na América Latina 9,7 milhões de crianças com menos de cinco anos sofrem de desnutrição protéico-calórica grave e moderada; na África, 18,7 milhões e, na Ásia (excluindo a China e o Japão), o número eleva-se a 70 milhões. (Abranches, 1995).

No Brasil, estudos recentes têm demonstrado que as manchas de desnutrição ou fome não se limitam mais a certas áreas do território. A desnutrição não é, hoje, uma situação escandalosa apenas no Nordeste e em algumas áreas da Amazônia e de Minas Gerais, como mostravam estudos anteriores. Ela existe em todo o território nacional, tanto nas zonas rurais como nas urbanas e, por paradoxal que possa parecer, tem aumentado com o processo de modernização do país e com o avanço do capitalismo.

No final da década de 1950, o professor Nelson Chaves, da Universidade Federal de Pernambuco, apontou o trágico quadro de desnutrição no Nordeste, onde havia crianças de dois até seis anos que não conseguiam andar devido a seu estado de desnutrição. Chamou a atenção, também, para o surgimento, no Nordeste brasileiro, de uma geração de nanicos, ou de uma sub-raça, como resultado de carências nutricionais crônicas. Atualmente, existem aí comunidades rurais em que o nanismo atinge cerca de 50% das crianças. É um dado alarmante e vergonhoso. Mostra claramente a irracionalidade que impera no Brasil - um país que tem a oitava economia do mundo, mas é uma das manchas negras da fome e miséria.

A geração de nanicos, no entanto, não se restringe ao Nordeste. No Rio Grande do Sul e em São Paulo, por exemplo, tem ocorrido um achatamento das médias antropométricas. (Abranches, 1995: p. 29)

Além das doenças causadas pela desnutrição calórico-protéica, também aquelas provocadas pela insuficiência de vitaminas na alimentação fazem suas vítimas e trazem sérios problemas à saúde. A xeroftalmia é um exemplo. Essa doença é causada pela deficiência acentuada de vitamina “A” e caracteriza-se pela perda da visão: também chamada “doença das trevas”, porque um de seus sintomas precoces é a cegueira noturna, ou seja, a dificuldade de enxergar à luz do crepúsculo.

A xeroftalmia ocorre comumente em crianças dos países subdesenvolvidos, sendo sua incidência muito elevada em regiões onde a alimentação da criança após o desmame consiste basicamente de carboidratos, como a mandioca, o milho e o arroz, e não há ingestão suficiente de frutas, hortaliças e produtos de origem animal.

Outra doença aliada à deficiência de vitamina é o raquitismo, que afeta os ossos e deforma as pernas, principalmente. É consequência da falta de vitamina “D” e constitui uma doença endêmica em vários países do Terceiro Mundo. Geralmente não é fatal, mas as deformações que causa podem tornar-se permanentes.

A vitamina “D”, além de ser produzida na pele, quando em exposição aos raios ultravioleta do Sol, pode ser obtida numa ração alimentar rica em ovos e peixes, alimentos estes que, para a grande maioria da população, urbana principalmente, do

mundo subdesenvolvido, é inacessível em razão da baixa renda e dos preços elevados. (Minayo, 1995)

Essas e outras doenças, como a anemia e o bócio, causadas pela desnutrição, abrem as portas para muitos outros males: desidratação, tuberculose, pneumonia, coqueluche, sarampo etc. Entre as crianças bem alimentadas, essas doenças raramente causam a morte, mas entre as desnutridas os índices de óbitos se elevam assustadoramente. Diariamente, em todo o mundo subdesenvolvido, milhões de vidas são interrompidas pelo flagelo da fome. Sem resistência orgânica, as crianças subnutridas morrem. E morrem num mundo onde há alimentos para todos, onde somente a produção de cereais, segundo a FAO, seria suficiente para proporcionar a todos uma dieta adequada.

Então, por que isso acontece? Por muitas razões, como se verá no decorrer desta monografia, como a pobreza, as políticas agrárias e o desperdício são as causas da fome. Mas já é possível adiantar uma coisa: a pobreza é a causa da fome. A pobreza em que vivem milhões de seres humanos é que deve ser responsabilizada por essa tragédia. E, por sua vez, sabe-se que a pobreza é uma criação humana. É resultado do tipo de sociedade que construímos e ajudamos a manter com todas as suas contradições.

1.3 SITUAÇÃO VERGONHOSA PARA TODA A HUMANIDADE

De acordo com dados do Banco Mundial, cerca de 800 milhões de pessoas - aproximadamente um terço da população dos países subdesenvolvidos - encontram-se em condição de pobreza absoluta e passam fome. Desse total, metade vive em apenas três países: Bangladesh, Paquistão e Índia. Os outros 400 milhões estão espalhados por países da Ásia, África, Oriente Médio, América Latina e Antilhas. Formam o grande contingente dos deserdados, dos pobres e dos miseráveis. Além disso, por volta de dois bilhões de pessoas (quase 50% da população mundial) encontram-se subalimentadas, com uma alimentação diária inferior às suas necessidades vitais. (George, 1988)

No Brasil, os indicadores econômicos contrastam brutalmente com os indicadores sociais. Somos a oitava economia do mundo ocidental, entretanto uma

grande parte da população vive miseravelmente. Já na segunda metade da década de 80 o Relatório Jaguaribe¹, apresentava um terço das famílias brasileiras vivendo em estado de pobreza absoluta ou miséria, com renda familiar inferior a um salário mínimo, condenadas, portanto, a uma vida miserável e a uma subnutrição crônica. (Correio da Unesco, 1982, p.25). Na Segunda metade dos anos 90, milhares de famílias brasileiras ainda viviam, em estado de pobreza, com rendimento de um a dois salários mínimos condenadas também à subalimentação². (Guerra, 1996) e no início do século XXI, as condições convergem para um maior agravamento da situação, dada à gravidade do desemprego estrutural.

O número maior de vítimas dessa trágica realidade está entre as crianças. Para muitas delas, inclusive, a desnutrição tem início antes mesmo de nascerem; manifesta-se já na vida intra-uterina. Como o desenvolvimento pré-natal depende do estado geral da mãe, se esta for desnutrida, o desenvolvimento da criança estará comprometido.

Segundo Amaral (1996) “*os especialistas consideram 2,5 quilos como o peso mínimo que uma criança deve ter ao nascer*”. E acrescenta:

“abaixo desse valor, entre outros fatores, é sintomático que a mãe não tenha se alimentado adequada e suficientemente ao longo da gestação. Nos países desenvolvidos, apenas 2 a 3% dos recém-nascidos apresentam peso inferior a 2,5 quilos. Nos países do Terceiro Mundo, no entanto, as cifras atingem 20 a 30% (cerca de 21 milhões de crianças), e os especialistas esclarecem que esses dados não correspondem aos nascimentos de prematuros. Referem-se somente a crianças que sofrem de desnutrição pré-natal decorrente da alimentação insuficiente da mãe. Aquelas que conseguem sobreviver correm o risco de apresentar anormalidades tanto no crescimento quanto no seu desenvolvimento. Muitas apresentam a cabeça menor que a média das crianças bem alimentadas da mesma idade, fato que pode acarretar sérios problemas psicomotores”.

Em alguns países do Terceiro Mundo, a situação chega a ser desesperadora. A própria ONU (Organização das Nações Unidas) chama esses países de deserdados;

¹ O Relatório Jaguaribe foi um estudo realizado pelo Instituto de Estudos Sociais, Rio de Janeiro, sob a chefia do Prof. Hélio Jaguaribe, onde foram apresentados os indicadores sociais do Brasil. Esse relatório foi entregue ao presidente José Sarney em 1986.

outros os denominam Quarto Mundo. São eles: Benin, Botsuana, Burkina Fasso (ex-Alto Volta), Burundi, Comores, Cabo Verde, República Centro-Africana, Etiópia, Gâmbia, Guiné, Guiné-Bissau, Lesoto, Malavi, Mali, Níger, Chade, Uganda, Ruanda, Somália, Sudão e Tanzânia, na África; Afeganistão, Bangladesh, Butão, Laos, Maldivas, Nepal, República Árabe do Iêmen e República Democrática Popular do Iêmen, na Ásia; Haiti, na América Central, e Samoa, na Oceania. A maioria da população dessas regiões vive em estado de pobreza absoluta e, conseqüentemente, a desnutrição alcança níveis alarmantes. Não há abastecimento regular de água potável. A infra-estrutura sanitária e educacional é rudimentar. As taxas de mortalidade infantil alcançam o percentual elevadíssimo, a expectativa de vida situa-se entre 39 e 43 anos (nos países desenvolvidos é superior a 65 anos). (Abramovay, 1993).

No mundo sombrio da infância subnutrida, a situação ainda se agrava em razão de outros problemas. Além da alimentação deficiente, também a falta de afeto e de estímulo social e mental compromete o desenvolvimento físico, emocional e intelectual da criança. Problemas psicomotores, de personalidade e perda de auto-estima ocorrem em proporções elevadas.

Entre as causas da grande evasão escolar no Terceiro Mundo coloca-se a limitação intelectual da criança. Esta, não podendo acompanhar o ensino ou a aprendizagem, sente-se inferiorizada e tem sua capacidade bloqueada. O sentimento de inferioridade poderá, então, acompanhá-la pelo resto da vida, influenciando as suas atitudes e o seu relacionamento social. Poderá levá-la, como ser social, a um comportamento de submissão, por achar-se incapaz de desempenhar certas atividades, tornando-se, assim, presa fácil das relações de dominação que se manifestam na vida social.

Bueno (1995) reforça que na América Latina, de cada 100 crianças matriculadas nas escolas primárias apenas dez chegam ao fim do curso. Quando não são as dificuldades de aprendizagem que levam à desistência escolar, são as necessidades de sobrevivência. As crianças são requisitadas pelos pais para participarem do processo produtivo, ou seja, para trabalhar e aumentar a renda familiar. No Brasil, muitas crianças menores de 14 anos engrossam o grande contingente de bóias-frias ou de trabalhadores urbanos (empregados no comércio, na prestação de serviços.) .

De modo geral, nos países do Terceiro Mundo os investimentos públicos com fins sociais são insignificantes em relação às necessidades da população. Em contrapartida, *“grandes investimentos são realizados nas forças armadas, tanto na manutenção de seu numeroso contingente como na compra de material bélico. Para se ter uma idéia, os gastos militares mundiais em 1998 deverão ultrapassar a impressionante cifra de US\$ 1 trilhão”* (Abranches, 1995: p.39). Isso corresponde a uma despesa de US\$ 200 per capita, o que, segundo especialistas, seria mais do que suficiente para erradicar a fome no mundo. Quando não aplicados nas forças armadas, os investimentos destinam-se a projetos e obras suntuosas, que atendem a vaidades governamentais ou beneficiam uma minoria ou interesses de grupos. É o caso, por exemplo, das Filipinas. O ex-ditador Ferdinando Marcos, *“em seu governo, autorizou a construção de quatro grandes e sofisticados hospitais para atender especialmente a população de alta renda. O investimento correspondeu a cinco vezes mais que os realizados com cuidados primários de saúde destinados a toda a população”*. (CADERNOS TERCEIRO MUNDO, 1989).

O panorama terceiro-mundista é, portanto, sombrio. O mundo da miséria não esconde nem poupa suas vítimas, que são expostas à triste e trágica condição de penúria, de desesperança e de aviltamento.

Caminhando lado a lado com a miséria, mas se beneficiando dela, existe a riqueza de algumas poucas nações e de uma minoria de privilegiados do próprio Terceiro Mundo. As nações do norte, os países desenvolvidos da América do Norte, Europa e Ásia - subordinam as do sul - os países subdesenvolvidos em geral - através da manutenção de uma ordem econômica internacional cruel e injusta.

As classes dominantes do Terceiro Mundo, de modo geral, bem como as classes médias, pouco se importam com a miséria ao seu redor. Têm uma postura individualista e alienada. Escondem-se atrás de um liberalismo econômico, que tem mostrado violentos antagonismos entre os interesses individuais e coletivos. Somente quando se vêem ameaçadas ou quando seus corações se penalizam ante a tragédia dos famintos ou despossuídos, correm a providenciar “ajudas” aos necessitados, sem contudo buscar as verdadeiras causas da miséria e propor medidas profundas que alterem em definitivo a situação vigente.

Morrer de fome ou de inanição, ou ainda ter o desenvolvimento físico e mental comprometido pela desnutrição, num mundo em que a produção de alimentos é suficiente para assegurar alimentação adequada para todos, é uma vergonhosa situação para toda a humanidade. É um escândalo.

2 O CRESCIMENTO POPULACIONAL E AS TEORIAS DE MALTHUS PARA A FOME

“É verdade, naturalmente; que o crescimento populacional implica necessariamente um ônus para qualquer economia, se não por outras razões, ao menos porque os seres humanos vêm a este mundo primeiro como consumidores e só mais tarde como produtores. Mas seria loucura parar neste ponto de análise”. (Paul Singer, 1980: 19)

2.1 CRESCIMENTO POPULACIONAL MUNDIAL

Admite-se que, no início da era cristã, a população do mundo era de 250 milhões de habitantes. Considerando, então, que o homem tenha surgido há aproximadamente um milhão de anos, houve um lento crescimento populacional até esse período. (Szmrecsanyi, 1979).

Em 1650, a população mundial atingiu 500 milhões, sendo, assim, também lento o crescimento populacional desde o início da era cristã até esse momento.

Em 1850, a população mundial elevou-se para um bilhão e 262 milhões, e em 1900 para um bilhão e 650 milhões, já então com um crescimento mais acentuado.

A partir do século 20, especialmente após 1950, a população passou a apresentar um crescimento bastante acelerado. Em 1950 era de dois bilhões e 500 milhões; em 1970, três bilhões e 600 milhões; e estima-se para o início do século 21 seis bilhões e 252 milhões de habitantes (ver quadro 1) . Assim, a grande aceleração demográfica está ocorrendo em nossos dias, isto é, na segunda metade do século 20.

Quadro 1 - CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO MUNDIAL (milhões)

ANO	POPULAÇÃO	CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL (%)
Início da era cristã	250	-
1650	500	0,06
1850	1.262	0,7
1900	1.650	0,6
1950	2.515	0,99
1970	3.610	2,4
2000(*)	6.252	2,5

(*) Estimativa

Fonte: Statistical Yearbook, 1990, UNESCO; ADAS, Melhem, *Panorama geográfico do Brasil*, São Paulo, Moderna, 1985, p. 103.

2.1.1 Crescimento populacional nos países do Terceiro Mundo

A participação dos países do Terceiro Mundo no crescimento demográfico mundial é bastante significativa. Enquanto o crescimento médio anual das populações dos países desenvolvidos da Europa, América do Norte (com exceção do México) e URSS tem sido igual ou inferior a 1%, o dos países subdesenvolvidos tem sido cerca de 2 a 3% . Comparando, por exemplo, o crescimento médio anual da população da Europa e o da América Latina nos períodos de 1970/75 e 1980/85, verifica-se que o crescimento populacional médio anual da população latino-americana corresponde a quatro vezes o da população europeia (ver outros exemplos no quadro 2).

QUADRO 2 - CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL DA POPULAÇÃO (%)

	1970/75	1975/1980	1980/2000*
Mundo	1,9	2,0	1,8
Europa	0,6	0,6	0,5
América do Norte**	0,9	1,0	0,9
URSS***	1,0	1,0	0,8
Oceania	2,0	2,0	1,7
Ásia	2,2	2,2	1,9
América Latina	2,7	2,8	2,6
África	2,7	2,8	2,9

*Estimativa

**Com exceção do México

***A URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) já não existe mais.

Fonte: Statistical Yearbook 1990, UNESCO; ADAS, Melhem, Panorama geográfico do Brasil, São Paulo, Moderna, 1985, pg 103.

Para demonstrar que a população do Terceiro Mundo cresce em ritmo mais acelerado que a dos países desenvolvidos, pode-se lançar mão também das taxas de natalidade.

Os países, de modo geral (Szmrecsanyi, 1979), são classificados em:

- países com taxas de natalidade inferiores a 20%;
- países com taxas de natalidade entre 20 e 30%;
- países com taxas de natalidade superiores a 30%.

Os países desenvolvidos apresentam uma taxa de natalidade inferior a 20%, Israel, Argentina, Uruguai e Espanha têm uma taxa de natalidade entre 20 e 30%. A maioria dos países - os subdesenvolvidos - têm uma taxa de natalidade superior a 30%. Conclui-se, assim, que a maior e mais expressiva participação no crescimento populacional mundial nos dias atuais cabe aos países do Terceiro Mundo.

Seria, então, o crescimento acelerado da população dos países sub-desenvolvidos o responsável pela existência da fome, como pretendem muitos defensores dessa idéia? É isso que será discutido em seguida.

2.2 O MALTHUSIANISMO

A relação entre o crescimento populacional e a fome já era preocupação de alguns pensadores no século 18, e foi a partir da publicação da teoria de Thomas Robert Malthus (1798) que a questão passou a ter maiores repercussões, advindas do próprio momento histórico em que vivia a Inglaterra: o desenvolvimento do capitalismo industrial, a intensa urbanização e os receios do nascente socialismo.

O economista e demógrafo britânico Thomas Malthus ficou conhecido sobretudo pela teoria segundo a qual o crescimento da população tende sempre a superar a produção de alimentos, o que torna necessário o controle da natalidade. Thomas Robert Malthus nasceu entre 14 e 17 de fevereiro de 1766, em Rookery, Surrey, Inglaterra. Seu pai era amigo do filósofo David Hume e seguidor ardoroso de Jean-Jacques Rousseau. O jovem Malthus fez seus primeiros estudos na casa paterna e, em 1784, ingressou no Jesus College, de Cambridge, onde se formou quatro anos mais tarde. Ordenou-se sacerdote da Igreja Anglicana em 1797.

Em 1798, Malthus publicou anonimamente seu *Essay on Population* (**Ensaio sobre a população**), no qual afirma que a população cresce em progressão geométrica, enquanto a produção de alimentos aumenta em progressão aritmética. A solução para evitar epidemias, guerras e outras catástrofes provocadas pelo excesso de população, consistiria, segundo ele, na restrição dos programas assistenciais públicos de caráter caritativo e na abstinência sexual dos membros das camadas menos favorecidas da sociedade.

Malthus era um pessimista que considerava a pobreza como um destino ao qual o homem não pode fugir. Sua obra foi ao mesmo tempo criticada e aplaudida. Enquanto alguns setores da sociedade o acusavam de ser cruel, indiferente e até mesmo imoral, economistas de renome apoiavam suas teorias. Na segunda edição da obra, de 1803,

Malthus modificou algumas teses mais radicais da primeira edição. Com o tempo, o "malthusianismo" foi incorporado à teoria econômica, atuando como freio de teses mais otimistas. Na segunda metade do século XX, os problemas demográficos mundiais revitalizaram as concepções de Malthus, embora a agricultura intensiva tenha permitido aumentos de produção muito maiores do que os previstos por ele.

A partir de 1805 Malthus tornou-se professor de história e economia política em Haileybury. Eleito membro da Royal Society em 1819, nos anos seguintes recebeu grande número de homenagens e honras acadêmicas. Malthus morreu em Saint Catherine, Somerset, em 23 de dezembro de 1834.

A teoria de Malthus - chamada malthusianismo - foi ressuscitada após a Segunda Guerra Mundial, por causa do grande crescimento populacional mundial. Passou a ser utilizada para alertar a humanidade dos perigos do grande crescimento populacional e para justificar a necessidade de se estabelecer o controle da natalidade, principalmente nos países subdesenvolvidos.

A teoria malthusiana, exposta no livro **“Ensaio sobre a população”**, defende dois princípios:

- a) Podemos estar certos de que quando a população não é detida por algum obstáculo duplica em cada vinte e cinco anos e cresce de período em período segundo uma progressão geométrica.
- b) Os meios de subsistência, nas circunstâncias mais favoráveis, nunca podem aumentar mais rapidamente que segundo uma progressão aritmética.

Os obstáculos ao aumento da população são classificados por Malthus em três ordens de fatores:

- a) as epidemias, as doenças, as guerras, a fome e outras calamidades;

b) as práticas de anticoncepção (condenadas por Malthus por causa de sua formação religiosa - era pastor da Igreja Anglicana);

c) a sujeição moral (o homem não devia casar-se enquanto não tivesse recursos suficientes para educar a família).

A sujeição moral era a base da teoria malthusiana. Ela serviria para conter o crescimento populacional e afastar o perigo de um crescimento acelerado da população.

Segundo Szmrecsanyi (1979:p.47):

“Quanto às noções de progressão geométrica e de progressão aritmética, Malthus as utilizou apenas para ilustrar sua teoria. Sabia que a relação entre o aumento da população e o da produção de alimentos não se faria segundo uma precisão matemática dada pelas duas progressões. Desejava com isso chamar a atenção para o crescimento populacional, que estava ocorrendo num ritmo bem superior ao da produção de alimentos”.

Para elaborar sua teoria, Malthus serviu-se da lei dos rendimentos decrescentes, utilizada pelos economistas clássicos desde o século 18. Segundo essa lei, à medida que se adicionam acréscimos iguais de um fator variável a um fator fixo de produção - ou a uma combinação fixa de fatores -, a partir de um determinado ponto os conseqüentes aumentos do produto tornar-se-ão menores, ou seja, os produtos marginais diminuirão.

Malthus apoiou-se no fato de que as áreas de terras cultiváveis são limitadas, sendo, portanto, um fator fixo de produção. Assim, ocorrendo o aumento da população (fator variável de produção), em conseqüência do crescimento demográfico chegar-se-ia a um ponto-limite, onde o acréscimo do produto deixaria de ser proporcional à adição de fatores variáveis, para depois o produto total obtido se reduzir a zero (ver quadro 3).

QUADRO 3 – DEMONSTRATIVO DA LEI DOS RENDIMENTOS DECRESCENTES

FATOR FIXO DE PRODUÇÃO (ÁREA DE TERRA = 10 ha)	FATOR VARIÁVEL DE PRODUÇÃO (N.º DE HOMENS TRABALHANDO A TERRA) DE 10 ha	PRODUÇÃO EM Kg (milho)	ACRÉSCIMO DA PRODUÇÃO MEDIANTE A ADIÇÃO DE UM FATOR VARIÁVEL (N.º DE HOMENS)
10 ha	0	0	-
10 ha	1	2000	2000
10 ha	2	5000	3000
10 ha	3	7000	2000
10 ha	4	8000	1000
10 ha	5	8200	200
10 ha	6	8300	100
10 ha	7	8300	0

FONTE: Szmrecsanyi (1979:p.72)

Para melhor compreender essa lei, veja-se sua representação através de dados numéricos com base no quadro:

- Admita-se uma propriedade rural com área de 10 hectares. Não havendo alteração em sua área, essa propriedade corresponderá, no caso, ao fator fixo de produção.
- No primeiro ano é introduzido nessa área um homem, que cultivará a terra; no segundo ano, dois homens; no terceiro, três homens e, assim, sucessivamente. Tem-se, aqui, o fator variável de produção. Observa-se, então, o seguinte:
- Com o trabalho de um homem (fator variável), a produção de milho foi de 2 000 kg.
- Adicionando-se mais um fator variável (dois homens), a produção de milho foi mais que o dobro (5000 kg) e o acréscimo de produção foi de 3000 kg em relação à situação anterior.

- Acrescentando-se outro fator variável de produção (três homens), a produção de milho correspondeu a 7000 kg e o acréscimo de produção tornou-se menor (2000 kg). Não houve, portanto, correspondência proporcional da produção em relação ao aumento do fator variável.
- Continuando-se a acrescentar mais fatores variáveis, o acréscimo de produção continua em fase decrescente, até se reduzir a zero.

Segundo Malthus, a lei dos rendimentos decrescentes poderia ser verificada na prática em curto espaço de tempo, pois a população duplicaria em cada 25 anos, se não fosse detida por algum obstáculo. Como consequência, a fome estaria generalizada e haveria inquietações sociais, ameaçando a ordem social existente no mundo. Sabe-se hoje, no entanto, que isso não ocorreu. A lei dos rendimentos decrescentes é verificável apenas em certos casos. (Szmrecsanyi, 1979:p. 79-80)

Tomando por base a estrutura fundiária dos países capitalistas subdesenvolvidos, como por exemplo o Brasil, a Lei dos Rendimentos Decrescentes pode ser verificada no minifúndio. Em razão da exígua dimensão da propriedade minifundiária, a produção não é suficiente para dar um nível de vida digno a todos que trabalham nessa propriedade. Daí ser bastante comum pessoas de uma família que trabalha num minifúndio buscarem trabalho na cidade ou em outras propriedades rurais, geralmente os latifúndios. Nessas circunstâncias, o minifundiário, ao mesmo tempo que é proprietário, é também um bóia-fria ou um trabalhador temporário.

Verifica-se, assim, no minifúndio a lei dos rendimentos decrescentes e conseqüentemente o desperdício do recurso homem (trabalho). Já no latifúndio observa-se uma baixa utilização da terra e, conseqüentemente, o seu desperdício.

No Terceiro Mundo, o desperdício da terra é escandaloso. Latifúndios improdutivos coexistem com milhões de pessoas passando fome. Os latifundiários, neste caso, não produzem e não deixam os outros produzirem. Realizam uma verdadeira especulação da terra, possuindo-a como uma reserva de valor e contribuindo, assim, para o aprofundamento da miséria e da fome.

Após a Segunda Guerra surgiram várias teorias econômicas relativas ao subdesenvolvimento, elaboradas principalmente nos centros acadêmicos e governamentais dos países desenvolvidos e exportadas para os países subdesenvolvidos.

Algumas apontavam que o subdesenvolvimento decorria da existência de uma agricultura atrasada e de baixa produtividade. Outras teorias apresentavam como causa o baixo nível de industrialização dos países subdesenvolvidos. Outras ainda indicavam a escassez da rede de transportes e a falta de produção de energia como obstáculos para o desenvolvimento.

Foi nesse contexto que apareceu a chamada teoria neomalthusiana, cuja argumentação pode ser assim resumida: o crescimento populacional acelerado dos países subdesenvolvidos é um forte obstáculo ao desenvolvimento econômico, pois tornam-se necessários grandes investimentos sociais (mais escolas, mais hospitais, mais postos de saúde etc.), para atender ao aumento numérico da população. Isso impede ou dificulta, por sua vez, a realização de investimentos em setores produtivos da economia, aprofundando conseqüentemente o subdesenvolvimento. Em função disso, essa teoria defende o controle da natalidade.

Vê-se então que na visão neomalthusiana o subdesenvolvimento resulta basicamente das altas taxas de crescimento populacional. Nesse caso, os neomalthusianos admitem que a fome dos países subdesenvolvidos, como um dos traços do subdesenvolvimento, é conseqüência do acelerado crescimento populacional. Assim, segundo essa interpretação, bastaria controlar a natalidade nos países subdesenvolvidos para alcançar o seu desenvolvimento, acabando-se com a fome.

Como se pode perceber, essas idéias são um revigoramento da teoria malthusiana, pois é novamente uma tentativa de adaptar a economia à dinâmica populacional e não a dinâmica populacional à economia. É também uma interpretação bastante comodista e que tem servido para manter as grandes disparidades sociais nos países do Terceiro Mundo, pois os neomalthusianos não atacam o problema do subdesenvolvimento (e da fome) em suas raízes. Não consideram o subdesenvolvimento, e todas as suas implicações sociais, econômicas e políticas, como

resultado da dominação econômica, financeira, política e cultural dos países capitalistas centrais e das classes dirigentes locais (em associação ou não com os interesses externos). Não levam em conta que existe, determinada pelos países desenvolvidos, uma injusta divisão internacional da produção e uma ordem econômica mundial que somente a estes têm beneficiado. Não consideram que os países desenvolvidos exercem, a nível mundial, uma grande polarização da riqueza, através de injustas trocas comerciais: os baixos preços pagos às matérias-primas e produtos agrícolas importados dos países subdesenvolvidos, a grande remessa de lucros enviados pelas transnacionais das suas filiais no Terceiro Mundo e às suas matrizes localizadas nos países desenvolvidos, e as altas taxas de juros cobrados pelos bancos e organizações estrangeiras aos empréstimos concedidos.

O mais grave ainda é que procuram ignorar as incontáveis intervenções – armadas ou por outros meios não menos indecentes – realizadas pelos EUA e outras potências junto a governos de países do Terceiro Mundo que contrariam seus interesses ou que buscam emancipar-se de suas tutelas.

Somando-se a tudo isso, os neomalthusianos ainda propõem aumentar a renda per capita da população através do controle da natalidade. Deixam, assim, de considerar o problema da distribuição da renda e da terra, enfim da riqueza, que nos países capitalistas do Terceiro Mundo apresenta níveis de concentração escandalosa.

A fome e a renda são as duas faces de uma mesma moeda, ou seja, não estão dissociados. Entre o alimento e a necessidade que o ser humano tem de se alimentar interpõe-se o dinheiro. No caso das populações urbanas, a alimentação de uma pessoa é diretamente proporcional a sua renda. Quanto aos camponeses, o problema vai além da renda; relaciona-se também com o acesso à terra, aos meios de produção, à estrutura fundiária.

Cumprindo, ainda, lembrar que o neomalthusianismo encerra idéias nascidas nos centros acadêmicos dos Estados Unidos. Essas idéias e muitas outras têm sido exportadas e largamente assimiladas e colocadas em prática pelas ciências sociais burguesas dos países subdesenvolvidos. E sempre foi assim. A dominação econômica

conduz à dominação cultural e de idéias. Surgindo assim a idéia de controle da natalidade, como alternativa ao controle da pobreza.

Assim, em função da teoria neomalthusiana, as campanhas de controle da natalidade (planejamento familiar) estendem-se atualmente pelos vários cantos do mundo subdesenvolvidos, como catalisador dos problemas de concentração da riqueza e da renda e vencer efetivamente a pobreza e a fome.

As previsões de Malthus foram contestadas por alguns economistas, que ficaram conhecidos como Anti – Malthusianos, pelas seguintes razões:

a) Malthus errou ao considerar que o crescimento populacional é uma variável independente. Esse crescimento está estreitamente relacionado a fatores políticos, sociais, culturais e econômicos. O comportamento demográfico mundial depende das conjunturas econômicas de cada país. Pode-se observar, por exemplo, que os países desenvolvidos já completaram a chamada transição demográfica, isto é, completaram um processo em que primeiro ocorre uma diminuição da mortalidade e, em seguida, tem início a queda da natalidade. Os países do Terceiro Mundo encontram-se, ainda, na primeira fase.

b) A teoria malthusiana foi elaborada num momento histórico caracterizado pela passagem, na Inglaterra, do capitalismo comercial para o industrial. A agricultura inglesa, nesse período, passou por transformações. Grandes áreas de cultivo foram substituídas pela pecuária de ovinos, visando-se produzir a matéria-prima (a lã) para a indústria têxtil inglesa. Houve, em consequência disso, intenso êxodo rural, grande urbanização e mudanças nos hábitos e costumes da população. Esse período caracteriza-se, portanto, por alterações no modo de vida restrito à Inglaterra e por ser um período de transição. Assim, ele não pode ser representativo para se fazerem projeções quanto ao crescimento populacional do resto do mundo, nem para serem estabelecidas generalizações.

c) Malthus não considerou uma variável importante: o desenvolvimento da ciência e da técnica aplicadas à agricultura. Com o desenvolvimento da tecnologia agrícola houve um considerável aumento da produção e da produtividade agrícola. Houve também a ampliação das áreas agricultáveis do globo. Os avanços da genética, por sua vez, permitiram obter espécies mais resistentes às pragas e sementes e mudas mais produtivas. A mecanização da agricultura, além disso, liberou muitos homens do trabalho pesado e permitiu a ocupação de áreas ainda não exploradas.

d) Malthus não considerou que, à medida que uma população melhora suas condições de vida, a taxa de natalidade decresce, mantendo-se em níveis baixos.

A teoria malthusiana serviu admiravelmente aos interesses das classes dominantes da época e, ainda hoje, é utilizada como uma explicação científica para justificar a miséria, a pobreza e a fome de milhões de seres humanos.

Karl Marx (1818-1883) foi um dos que criticaram a teoria de Malthus. Marx sustentava que a causa do grande crescimento populacional é a forma de produção capitalista, pois esta, para sobreviver, necessita de um relativo excesso de população. Esse excesso populacional fica permanentemente desempregado, causando o barateamento da mão-de-obra. Isso favorece enormemente o capitalista, porque é interessante para ele que a oferta de empregos seja menor que a procura, provocando desse modo a formação de um exército industrial de reserva (expressão usada por Marx para designar o conjunto de trabalhadores desempregados). Esse exército mundial de reserva concorre com a força de trabalho empregada, tendendo a pressionar a redução dos salários até o nível da subsistência.

Marx, Engels e outros socialistas viam a teoria de Malthus como um instrumento que se adequava às necessidades particulares dos homens de negócios da época. Segundo esses socialistas, Malthus propunha o controle da natalidade para impedir que o exército industrial de reserva aumentasse de forma exagerada, a ponto de ameaçar a ordem social estabelecida pelas classes dominantes. A teoria de Malthus

procurava, assim, adaptar a dinâmica demográfica à economia e não a economia à dinâmica demográfica.

Em tais circunstâncias as idéias de Malthus, em última instância, serve de alerta para a questão do desperdício. Um dos problemas enfrentados pelo Brasil é o desperdício de todos os segmentos da cadeia produtiva de alimentos, da lavoura à mesa do consumidor. Encontrar alternativas que ajudem a minimizá-lo constitui desafio não só para os governos como para a sociedade. Ao mesmo tempo, não se pode perder de vista que esta realidade abriga um paradoxo, na medida em que, se de um lado há o desperdício, do outro o país convive com um grande contingente de pessoas que estão à margem do mercado consumidor.

3 DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO NA SAÚDE E NA MEDICINA

A alimentação é uma necessidade básica do homem, de extrema importância em sua vida, pois, exerce grande influência sobre a saúde, a capacidade de trabalho, de pensar, da aparência e longevidade. Além disso, ela fornece ao organismo os meios de reparar as perdas devido ao funcionamento dos órgãos e abastece-os da energia necessária ao exercício de suas funções.

3.1 FATOR NUTRICIONAL NA SAÚDE E NA MEDICINA

O ser humano necessita, conforme bibliografia médica, de 2 mil 240 calorias diárias, para viver. Mas, cerca de 90 milhões de brasileiros estão abaixo deste nível mínimo. Destes, 24 milhões convivem com um déficit entre 200 e 400 calorias, e os 22 milhões mais pobres, com um déficit superior a 400 calorias (Marlet, 1989, p.21) .

Desta forma, considerando a crescente dificuldade de grande parte da população em adquirir alimentos, torna-se importante conhecer a forma adequada (ideal) de se alimentar para que os recursos sejam destinados ao suprimento das necessidades básicas do organismo.

A ciência que estuda as necessidades alimentares do indivíduo, relacionados à medicina e a problemas sócio-econômicos é a Nutrição.

A alimentação completa deve ser equilibrada na quantidade e na qualidade. O equilíbrio é a característica principal de uma dieta ideal, contendo qualidades indispensáveis de alimentos, além da quantidade necessária para atender ao consumo diário de energia.

Independentemente do baixo poder aquisitivo das populações carentes e subalimentação no Brasil, não existe nenhuma prática ou hábito que possa influenciar tanto a saúde do indivíduo como as decisões que são tomadas com vistas ao tipo e quantidade de alimentos consumidos, logo, qualquer mudança tem que ser feita não só por uma melhoria de sua renda mais também pela sua motivação individual. Ele tem que estar convicto do benefício da mudança, salientando que não basta transmitir os conhecimentos sobre a alimentação adequada, é necessário também conscientizar e induzir ao comportamento correto. O nutricionista, neste aspecto, tem um papel fundamental nas políticas de mudanças de hábitos alimentares de uma comunidade.

A adequação nutricional visa fundir os conhecimentos práticos da ciência da nutrição às pessoas independente de serem pobres ou ricos informando o valor nutricional dos alimentos a serem consumidos pois a produção dos mesmos adquirem características próprias quando o desenvolvimento econômico assume a forma de expansão capitalista, ocasião na qual normalmente as pessoas comem mal por falta de recursos por ignorância, e ainda outros por desviarem seu orçamento alimentar de alto custo, induzido pelos meios de comunicação.

No plano econômico-político, a valorização profissional em nutrição tem um papel importante pois “o nutricionista atua na comunidade com os problemas como: desnutrição, desidratação, água e utilização integral do alimento. Onde quer que ele atue, deverá ser sempre um educador; suas ações serão como agente de mudanças” (Marlet, 1989, p.32).

Hoje, o nutricionista tem atuado na indústria elaborando cardápios ricos em calorias e proteínas, objetivando uma valorização da saúde física do operário, alimentando-o tão somente para a produtividade, esquecendo as condições insalubres nas quais os “bem alimentados” operários atuam e a saúde deficitária de suas famílias decorrentes de uma má remuneração e conseqüentemente péssima alimentação doméstica.

O método para se avaliar a influência do fator nutricional na saúde do indivíduo é o da valorização do estado nutricional ou é o grau pelo qual a necessidade fisiológica de nutrientes do indivíduo está sendo atendida através do alimento que ele está

ingerindo. É o estado de equilíbrio do indivíduo entre a ingestão e o gasto ou necessidade de nutrientes.

Quando desnutrido o organismo fica debilitado, anêmico e reivindica a reposição de proteínas e sais minerais, de diversas formas:

Quando os molequinhos do Nordeste e os anêmicos senhorzinhos brancos comiam às escondidas seus bolõezinhos de barro estavam corrigindo instintivamente as deficiências minerais de uma alimentação incompleta, imposta pela monocultura da cana (Castro,1984, p.158).

No caso acima foi observado a cana-de-açúcar em forma de monocultura, ocupando o espaço das lavouras de subsistência, fornecedores de nutrientes, pois todos os tipos de nutrientes estão distribuídos nos alimentos de forma irregular, isto é, os alimentos não possuem porções iguais de todos os nutrientes, tornando-se necessário, portanto, ingerir alimentos variados, nas refeições.

O padrão de consumo alimentar das famílias metropolitanas passou por sensíveis mudanças no período 1960/75. E não se trata “apenas de mudanças na média do padrão de consumo das famílias das áreas metropolitanas, mas de mudanças nas composições da cesta básica, de todas as classes de renda”(Campino, 1993, p.13), resultantes da tecnologia alimentar e seus efeitos na alimentação atual.

Para que se possa alcançar um bom rendimento, deve a tecnologia de alimentos estar integralmente associada aos métodos e progressos da produção agrícola e os princípios e práticas da nutrição humana, do outro lado.

Os termos bastante amplos, o esforço para acoplar a agricultura à indústria tem sido problemático por tratar-se de sistemas que obedecem a leis distintas. A indústria caracteriza-se por processos produtivos previsíveis, contínuos e controláveis, enquanto a natureza permanece sujeita aos riscos e ritmos sazonais.

3.2 TECNOLOGIA ALIMENTAR

Nos últimos anos, houve um notável progresso em termos de tecnologia alimentar e sua aplicação de métodos e técnicas para o preparo, armazenamento, processamento, controle, embalagem, distribuição e utilização dos alimentos.

O verdadeiro surto do beneficiamento de alimentos na América Latina começou na década de 60. Nos EUA alguns beneficiados se preocupam, com o que chamavam de “maturidade da indústria”, isto é, potencial limitado de expansão interna.

Frente a mercados saturados nos Estados Unidos, na maioria das linhas de alimentos beneficiados as companhias só podiam expandir: (1) aumentando as despesas com publicidade para vender mais aos consumidores locais, ou (2) penetrando agressivamente em novos mercados no exterior (Burbach, 1992, p.125-126).

A tecnologia de alimentos oferece segurança de operação desde a seleção de matérias-primas até o processamento, preservação e distribuição. O cientista em alimentos deve compreender não somente o processamento e o armazenamento dos alimentos, a produção agrícola, e as necessidades do consumidor, ou seja, a biotecnologia deve estar associada à química para o incremento da produção e conservação dos alimentos, “o progresso técnico na produção alimentar tem sido geralmente o resultado da transferência de outros setores industriais, dominados por tecnologia mecânica e química ...” (Wilkinson, 1991, p.08).

A indústria de alimentos sempre em crescimento põe à disposição do consumidor produtos frescos, congelados, enlatados, todos especialmente planejados para vir ao encontro às necessidades do consumidor.

A comercialização dos alimentos se utiliza de campanhas publicitárias, o que representa um custo adicional no preço final. Portanto, em pesquisas de mercado feitas pelo consumidor, ele decide que produto comprar em meio aos diferenciais de preços e satisfação pelo consumo no que diz respeito a oferta no mercado direcionado pela publicidade esquecendo-se, por vezes, da sua saúde.

A relação alimento/saúde tem perdido espaço no momento em que saúde foi redefinida pela aproximação com produtos farmacêuticos (vitaminas) e em que o prazer do paladar foi satisfeito mediante uma diversificação de sabores e texturas, impregnados de conservantes e corantes com o aval da medicina até recentemente, só despertando para o problema após a consumação do paladar viciado e da mudança sistemática do padrão alimentar do brasileiro.

No contexto da desconfiança aos insumos químicos, no que se refere a demanda, surgem as biotecnologias impondo novos critérios na atual indústria de transformação e estimulando novas alianças na indústria alimentar, ou ao contrário, aliando-se diretamente às fontes agrícolas.

Wilkinson (1991), considera cinco aspectos, que tornam as biotecnologias estratégicas para o futuro do sistema alimentar:

- a) As biotecnologias rompem a cadeia integrada de produção unificando insumos agrícolas específicos ao produto final.
- b) As biotecnologias abrem perspectivas para a assimilação da produção alimentar em uma estrutura industrial mais ampla, definida por tecnologia e insumos comuns (biomassa, hidrocarbonos, fermentação e biorreativos).
- c) As biotecnologias redefinirão as tecnologias de extração, filtração e preservação.
- d) As biotecnologias facilitam e aceleram mudança na produção automatizada.
- e) As biotecnologias representam, no processo de produção, a resposta mais apropriada aos novos padrões de demanda que avaliam os alimentos à sua fabricação nutritiva que por sua vez reflete o impacto societário dos avanços das ciências da vida (Wilkinson, 1991, p.38).

As biotecnologias serão, portanto, crescentemente, o veículo de integração da produção alimentar (da seleção da semente, à melhoria de espécies animais) à produção de base tecnológica do sistema industrial como um todo (utilização de biorreativos em substituição à química inorgânica conservante dos alimentos), atingindo a mesa do

consumidor como um alimento mais saudável, em forma de alimentos pré-prontos, congelados e até mesmo nos restaurantes e *fast-food*.

3.3 MUDANÇAS NA PRODUÇÃO E REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE SERVIÇOS DE ALIMENTOS NO BRASIL

No que diz respeito, particularmente à produção de alimentos tradicionais, como arroz, feijão, milho, mandioca, e, em certa medida, hortifrutigranjeiros, pode-se sustentar que houve uma mudança do padrão alimentar do brasileiro, resultado da expressiva alteração na agricultura de abastecimento alimentar para o mercado interno, na de matérias-primas e na de bens exportáveis.

Com a industrialização do campo, alteraram-se e aceleraram-se as transformações nos padrões de financiamento de concorrência, as relações de trabalho e as formas de organização da produção e, com o salto exportador, acentuou-se a integração do campo na divisão social do trabalho ditada pela internacionalização do capital oligopólico. Tais movimentos incidem nas diversas formas de pequena produção, transformando-as ou em pequenas empresas (autônomas atreladas ao capital mercantil e industrial), ou acentuando suas características tradicionais, identificando-se cada vez, com a pobreza.

... tudo leva a crer que a produção tradicional de alimentos entrou em crise na década de 60, fato que se acentuou no decênio seguinte. Mas esse fenômeno faz parte de um processo mais intrincado que contempla em seu bojo a mudança geral do padrão agrícola do país; o que certamente participa da mudança na demanda urbana, visível nas alterações ocorridas na cesta e nos gastos com alimentos (Campino, 1993, p.20).

Após a Segunda Guerra Mundial, as relações capitalistas tornaram-se a tendência predominante em todo o campo. Apesar de variações particulares em cada país, o mesmo conjunto geral de forças sociais, políticas e econômicas estimulou o desenvolvimento capitalista por todo o Brasil.

A consolidação do capitalismo e a conseqüente industrialização, fortaleceu muito a base material no campo. Toda a rede de sistemas de apoio cresceu ao lado da indústria - uma rede nacional de transportes, um sistema bancário e creditício, instituições de educação e pesquisa - facilitaram o crescimento da agricultura capitalista com o apoio do Estado.

Provavelmente o exemplo mais impressionante do papel do Estado no estímulo ao desenvolvimento capitalista é dado pelo Brasil. Desde 1963-1964, a agricultura brasileira recebeu entre um quarto e um terço do total do crédito estatal, a uma taxa de juro de cerca da metade do que é pago pela indústria. Em 1988, a agricultura brasileira beneficiou-se com cerca de 18 bilhões de dólares de créditos e empréstimos (em sua maioria proporcionados pelo Estado) e o Banco do Brasil, de propriedade estatal, é, ao que se informa, o maior financiador agrícola do mundo capitalista (Burbach, Flynn, 1992, p.103).

A inserção da agricultura no contexto do capitalismo comercial e industrial, resultou na formação de uma moderna burguesia agrária, num processo gradativo e desigual, que toma diferentes formas. Em certas regiões, os velhos latifúndios foram transformados em empresas comerciais, e a oligarquia fundiária tornou-se parte de uma moderna classe capitalista. Em certos casos, os fazendeiros foram estimulados a modernizar suas operações pela ameaça de uma reforma agrária.

Nessa nova classe de fazendeiros, observa-se em seu grupo, “não apenas agricultores, mas também agroindustriais, que processam e comercializam suas mercadorias. Eles também são donos, e operam complexos integrados de agroindústria. Têm, freqüentemente, laços com o capital estrangeiro e exercem, com freqüência, considerável influência política entre a burguesia nacional”(Burbach, Flynn, 1992, p.103).

Contudo, os pequenos produtores, que plantam as colheitas básicas estão travando uma batalha perdida para o controle de suas terras, ante a expansão da produção de exportação. Terras que antes produziam feijão, no Brasil, estão agora sendo utilizadas para o plantio da soja, usadas em rações para alimentar animais e engordar o gado para o mercado japonês.

Essa situação tem conseqüências desastrosas para os trabalhadores, nas cidades e no campo. Os maiores preços dos alimentos foram um importante fator na queda da capacidade aquisitiva e no declínio dos padrões de vida, sofrido por milhões de brasileiros, revelando assim, que essa revolução capitalista significou para a maioria dos brasileiros, um empobrecimento e miséria.

Entre as razões deste quadro, podemos destacar a modernização agrícola, processada às expensas das necessidades alimentares da população local, pois o que tem-se verificado é a pobreza da produção de alimentos básicos para o mercado local, dando sintomas de escassez para o encarecimento do produto.

Entretanto, a escassez de alimentos não impediu o surgimento nos últimos tempos, de uma substancial mudança de hábitos alimentares e um aumento acentuado de restaurantes e outras casas especializadas em alimentação.

O hábito alimentar do brasileiro, formado pela freqüência da ingestão de uma alimentação regionalizada, com características diversas, em contrapartida, também, um paladar diversificado, vem perdendo essas raízes nos últimos anos para uma alimentação industrializada que envolve pesquisa desde a sua origem no campo (biotecnologia) aos aspectos da preferência individual (marketing) e segmentação de mercado de consumo.

As mudanças nos hábitos podem ser espontâneas, ocorrendo pelo desejo que o consumidor tem de degustar alimentos que lhe dão mais *status*; e dirigidos com conhecimentos científicos que desenvolvem programas que estimulam os hábitos alimentares melhores e modificando os precários.

Essas mudanças são ocasionadas por fatores que induzem as pessoas à satisfação pessoal, como:

- fatores culturais
- fatores econômicos
- fatores sociais

- fatores psicológicos

Para atender à demanda alimentar, compreender esses fatores e motivos de satisfação pessoal, em um país com uma culinária regionalizada, de dimensões continentais, entra em cena a pesquisa de mercado, oferecendo ao final o resultado para que a indústria de alimentos, os restaurantes e *fast-foods* coloquem ao alcance do consumidor o objeto (alimento) alvo que atende à sua satisfação pessoal.

Outra característica observada no mercado de alimentos é que embora existam enormes diferenças de renda separando os brasileiros, esta não se verifica em igual medida quando é servido o suprimento de cada. Ricos, remediados e pobres costumam consumir o mesmo conjunto básico de alimentos. Os primeiros comem mais, melhor e com maior variedade, ao passo que os pobres têm basicamente os mesmos produtos em uma quantidade bastante inferior.

Esta redução alimentar tem contribuído também para o desaparecimento da cozinha típica, normalmente rica em ingredientes, dando lugar à criatividade e a adaptação à alimentação industrializada.

O julgamento do padrão alimentar se altera, portanto, de acordo com o conceito de cada brasileiro, no tocante a uma boa alimentação geral. A melhor variedade e qualidade dos alimentos consumidos tomam rumos diferentes conforme sejam as faixas de idade dos consumidores, pois, logo a percepção de mudanças positivas na dieta doméstica tende a ser maior entre os jovens, que valorizam o fator variedade na oferta de alimentos e nas faixas mais elevadas a melhora é explicada sobretudo por um conhecimento maior da nutrição e suas propriedades.

O grau de instrução também faz diferença no conceito do estado alimentar ideal, pois os brasileiros detentores de um maior grau de educação, são mais críticos em relação ao próprio padrão alimentar do que os analfabetos e os que não concluem o primário. Por isso, também, uma diversificação alimentar no Brasil.

4 O MERCADO VAREJISTA DE ALIMENTOS NO BRASIL E SUA IMPORTÂNCIA NA DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS

4.1 ALIMENTOS E DESENVOLVIMENTO NO BRASIL

A fome no Brasil, que perdura, apesar dos enormes progressos alcançados em vários setores de nossas atividades, é consequência, antes de tudo, de seu passado histórico com os seus grupos humanos, sempre em luta e quase nunca em harmonia com os quadros naturais. Luta, em certos casos, provocada e por culpa, portanto, da agressividade do meio, que iniciou abertamente as hostilidades, mas, quase sempre, por inabilidade do elemento colonizador, indiferentes a tudo que não significasse vantagem direta e imediata para os seus planos de aventura mercantil.

Em última análise, esta situação de desajustamento econômico e social foi consequência da inaptidão do Estado político para servir de poder equilibrante entre os interesses privados e o interesse coletivo. Ou mesmo pior, entre os interesses nacionais e os dos monopólios estrangeiros interessados em nossa exploração de tipo colonial.

Um diretor da Adela Securities, firma que orienta os investidores potenciais no Brasil, resumiu assim essa tendência: 'de cada dez visitas que temos de investidores potenciais, quatro ou cinco são da área de beneficiamento de alimentos'. Creio que todas as companhias norte-americanas do ramo estão no Brasil, examinando o mercado interno ou de exportação (Burbach, 1992, p.127).

Os governos se mostraram quase sempre incapazes para impedir esta voraz interferência dos monopólios estrangeiros na marcha da nossa economia.

A filosofia do desenvolvimento brasileiros nos últimos anos foi concebida desta idéia de desenvolver mais o já desenvolvido e não de integrar no sistema econômico nacional as atuais áreas marginais, tais como o Nordeste e a Amazônia.

O caso do Nordeste é o mais alarmante porque aí se concentra um terço da população brasileira, que vive em condições econômicas bem precárias, como tive ocasião de demonstrar. E no entanto toda a política brasileira conspira contra a verdadeira integração econômica desta área do país (Castro, 1984, p.289).

Neste quadro de segregação que vivem as duas maiores regiões do Brasil (Norte/Nordeste), podemos perceber mais uma vez o favorecimento do Sul, industrializado, nas políticas de saúde, alimentação e tecnologia.

Apesar de todo o avanço da tecnologia e da biotecnologia, percebemos a concentração destes elementos importantes nas mãos dos grandes proprietários agroindustriais, conseqüentemente distantes da realidade do mercado alimentar interno.

Nos últimos anos, vem surgindo uma maior consciência para o fato de o desenvolvimento econômico e o estado de nutrição estarem intimamente ligados. Nutrição adequada, através de seus efeitos na qualidade do capital humano, influencia o desempenho econômico, e por grau de reciprocidade, o grau e a forma do desenvolvimento econômico condicionam o estado de nutrição da população.

Os anos 60-70 testemunharam o fenômeno da nutrição que passa a ser área de interesse para os economistas ligados ao estudo do desenvolvimento, à medida que programas para reduzir a subnutrição foram sendo justificados como despesas em investimentos, ao invés de gastos com consumos, pois conforme Antônio Carlos Campino, “há evidência concreta de que a elevação das capacidades físicas e mentais e da qualidade de saúde é complemento apropriado aos investimentos em capital fixo e inovação tecnológica”(Campino, 1993, p.25).

Contudo, críticas foram feitas contra o emprego deste tipo de argumentação para justificar programas de nutrição, pois pode ser ilusório o fato de a melhoria individual traduzir-se em maior produtividade. Além disso, as economias nos custos de serviços de saúde resultantes de melhor nutrição somente serão aplicáveis a países onde exista um sério compromisso de estender a previdência social às classes mais baixas.

O fato de existir incredulidade com relação aos benefícios econômicos na melhoria do capital humano não quer dizer necessariamente, que não haja conseqüências funcionais causadas pela desnutrição. Por exemplo, mesmo a desnutrição moderada de calorias e proteínas, que caracteriza a maioria das crianças em idade pré-escolar nos países em desenvolvimento, interfere no crescimento e diminui a imunidade às infecções. Deficiências mais graves em crianças conduzem a altas taxas de mortalidade e doenças aversas ao processo de aprendizagem e até o comportamento.

A desnutrição é, inquestionavelmente, causa de muito sofrimento para os indivíduos afetados, e é manifestada através de um conjunto de conseqüências funcionais danosas.

Medir as implicações econômicas destes efeitos negativos entretanto apresenta numerosos problemas metodológicos. Por exemplo, no caso de mães e filhos mal nutridos, provavelmente, o investimento só trará retornos satisfatórios se realizado numa geração anterior (Campino, 1993, p.27).

As dificuldades em demonstrar benefícios econômicos em geral são usados como justificativa para a inércia.

A menos que os governos sejam motivados a reduzir a fome em níveis humanitários, a questão sobre retornos econômicos de longo prazo servirá apenas para encobrir a urgência do problema. Não se pode esquecer, no entanto, que a desnutrição é apenas uma entre as várias síndromes características do subdesenvolvimento e da pobreza.

A necessidade e a viabilidade de políticas de nutrição que visam erradicar a subnutrição e a desnutrição são funções de estratégia desenvolvimentista de um país, e do êxito alcançado na realização dos seus objetivos econômicos e sociais.

Um número reduzido de países em desenvolvimento parece ter sido relativamente bem sucedido em limitar a magnitude do problema da desnutrição. É interessante observar entretanto, que tais “sucessos” são subsidiados por ideologias políticas e econômicas. Dentre os casos mais notáveis, é válido lembrar os casos da

China, Cuba e Vietnã do Norte, apontados nas bibliografias sobre nutrição, com exemplo. “*Mas, na realidade, o progresso no estado de nutrição resulta de formas distributivas levadas e efeito em conjunção com transformações básicas sociais e econômicas*” (Campino, 1993, p.29).

Outro modelo é descrito como o “modelo das necessidades básicas”, cuja abordagem está centrada na população, se preocupando menos com o crescimento agregado e mais em garantir o acesso à educação, alimentação, previdência social, etc. Os países que adotam este modelo, não têm uma política específica de nutrição, embora tenham sistemas de distribuição gratuita de alimentos e de auxílio aos pequenos agricultores através de sistemas de preços mínimos para os produtos agrícolas.

Outro modelo, de política alimentar, seguindo uma estratégia neoclássica de “vantagens corporativas, com ênfase na poupança interna e acúmulo de reservas externas para estimular o investimento (Campino,1993, p.30)”, vem sendo praticado pelos países que compõem o mercado dos “Tigres Asiáticos”, com desempenho considerado “notável”.

Estes pequenos países usam a estratégia de promover as exportações, baseia-se num quadro referencial macro-político de mercado livre de capitais, que culminou num rápido crescimento no setor de manufaturados que emprega mão-de-obra intensiva.

Apesar dos três modelos mencionados, eles apresentam falhas, pois uma enorme variedade de aspectos são necessários à interação de modo a definir a qualidade de uma boa política alimentar(Campino,1993, p.31):

- a) distribuição e utilização intradomiciliar dos recursos alimentares, os quais determinam a quantidade de nutrientes e os recipientes destes;
- b) a demanda efetiva que descreve as variáveis de decisões que afetam a oferta de nutrientes disponíveis à unidade familiar.
- c) oferta de alimentos, o qual controla a quantidade disponível e a qualidade dos nutrientes numa região ou país.

O sucesso dessa interação de perda do funcionamento de toda a estrutura sócio-econômica e política e a harmonia conjuntural nos seus micro e macro aspectos. Ou seja, desde as decisões políticas, aos níveis de oferta de alimento, interferirão contra ou a favor desta desejada simbiose.

O caso brasileiro é típico dos países latino-americanos que por vários anos mantiveram uma política assistencialista de distribuição de alimentos às populações carentes através de programas mantidos com os auspícios do governo dos Estados Unidos, enquanto aguardava o “crescimento do bolo” para reparti-lo, à época do milagre. O “bolo” cresceu e não houve a esperada divisão, mas sim uma grande disputa dos oligopólios, para decidir quem ficaria com a maior fatia. O povo brasileiro perdeu. No decorrer desta disputa, o brasileiro de classe baixa teve seu salário congelado, achatado e arrojado, tendo sua participação na vida econômica apenas como instrumento de produção e no aspecto nutricional, objeto de nosso estudo, cada dia se alimentando pior, por razões que vão desde os baixos salários, às mudanças de hábitos alimentares impostas pelo mercado produtor.

O comportamento das famílias com relação aos seus gastos é similar aos efeitos redistributivos de políticas que afetam os preços dos bens adquiridos pelas famílias.

Os gastos com alimentação e a sua qualidade influenciam no nível de saúde da população, resultando numa melhor qualidade da força de trabalho.

Um problema grave atravessado pelo nosso país com o estado de saúde dos indivíduos é o efeito permanente de doenças provocadas pela má nutrição infantil. Dado que o ser humano não é uma máquina, concebe-se que é necessário infra-estrutura em saúde para melhorar o estado do indivíduo menor, para manter a vida humana em condições restritas. O grau de boa saúde depende da tecnologia usada, da qualidade e da quantidade dos insumos usados. Logo, tecnologia é a capacidade que os indivíduos têm em combinar insumos para a produção de boa saúde.

Em função das elevadas parcelas de gastos com alimentação por parte de uma grande proporção das famílias brasileiras no comportamento desequilibrado da

produção agrícola analisa-se os aspectos da demanda alimentar, os aspectos da oferta agrícola e dos preços relativos, a análise do crescimento desequilibrado e as necessidades alimentares futuras.

O comportamento da demanda alimentar salienta a importância do efeito “graduação”, como um forma motora de economia alimentar, através do incremento das classes de média-renda e a adoção dos hábitos alimentares das famílias. Esse efeito graduação é responsável pelo aumento da demanda de proteínas animais, cereais e oleaginosas para utilização na forma de rações.

A evolução da demanda de alimentos no processo de desenvolvimento econômico, têm fundamental importância dos produtos domésticos nos hábitos alimentares das famílias de baixa-renda, destacando o arroz, feijão e a mandioca desde as décadas passadas como principais elementos nutritivos.

Na atualidade, o principal distribuidor destes produtos no mercado brasileiro é o varejo de alimentos das redes de supermercados, visto que as feiras-livres, em sua maioria não adotaram o sistema de cheques pré-datados, cartões de crédito próprios e de financeiras tradicionais para comercializar seus produtos, os supermercados implementaram esta alternativa e atingiram o público que anteriormente se dirigia às feiras-livres para adquirir produtos alimentícios, principalmente os hortifrutigranjeiros.

4.1.1 Distribuição de Renda no Brasil

A forma dos altos índices do desenvolvimento econômico em nosso País, medidos pela renda *per capita* demonstram como o Brasil produz o desenvolvimento social esperado.

O problema social do Brasil é urgente, em curto prazo seus objetivos são conciliados através da adoção de medidas efetivas voltadas para atender às necessidades das camadas mais pobres da população e, dos efeitos vulneráveis de um processo recessivo. Como exemplo dessas medidas, destaca-se a priorização dos programas de suplementação alimentar e o direcionamento da política social vigente privilegiando os

interesses dominantes das elites, por exemplo no campo educacional, visíveis a piora da qualidade nas camadas mais pobres até na seleção da alimentação adequada em meio ao caráter cada vez mais elitista do ensino universitário.

Para que os frutos do crescimento econômico possam reverter em benefício do desenvolvimento social, é imprescindível que proceda um ajustamento estrutural do padrão de distribuição de renda no país. A atual estrutura da rendas do Brasil, é das mais perversas do mundo, inviabiliza a ação eficiente de projetos sociais a serem implantados, por mais bem conduzidos que sejam (Rodrigues,1995, p.73-77).

A finalidade do desenvolvimento deve ser atender às necessidades dos indivíduos e assegurar o bem-estar do cidadão. O grau de satisfação da sociedade será tanto maior quanto mais bem alimentado ele for e com maior acesso aos serviços de saúde e seguro de vida, maior acesso ao conhecimento, melhores condições de trabalho, maior segurança física, maiores oportunidades de lazer e maior grau de participação nas atividades econômicas, culturais e políticas de sua comunidade.

Países com baixo nível de renda *per capita* conseguem alcançar posições bem mais elevadas através de políticas de seus gastos sociais públicos em prol das camadas mais carentes da população e distribuição das renda equitativa, porém para garantir o desenvolvimento humano sustentado, são imprescindíveis o vigoroso crescimento econômico e a distribuição de renda equilibrada incorporados a outros requisitos necessários à realização do indivíduo como segurança para família, satisfação do prazer pessoal.

Do ponto de vista dos países em desenvolvimento como o Brasil, é importante introduzir o conceito de desenvolvimento, que avance em relação a noção de crescimento econômico, denominado de desenvolvimento social, de acordo com a forma que são apropriados em benefício da sociedade como um todo, ou de frações dela. O desenvolvimento busca avaliar o grau de acesso da população a condições adequadas de remuneração, saúde, educação, alimentação e outros que caracterizam a qualidade de vida da sociedade. A esperança de vida e de alfabetização e o grau de

distribuição dos recebimentos de alimentos pela população são fatores que demonstram a carência social.

4.2 O MERCADO VAREJISTA DE ALIMENTOS NO BRASIL

O varejo vem assumindo uma importância crescente no panorama empresarial do Brasil e do mundo. Noticiais sobre varejo aparecem quase diariamente nos cadernos econômicos dos principais jornais brasileiros. À medida que as empresas varejistas se expandem, passam a adotar avançadas tecnologias de informação e de gestão e desempenham papel cada vez mais importante na modernização do sistema de distribuição e da economia brasileira.

Com um volume anual de vendas superior a R\$ 100 bilhões, vendidos de cerca de um milhão de lojas, e representando mais de 10% do PIB brasileiro, as atividades varejistas desempenham papel de relevante importância no cenário econômico do brasileiro. Com o acelerado ritmo de consolidação que vem caracterizando as atividades varejistas brasileiras, um número crescente de varejistas aparece na relação das maiores empresas do Brasil. O Carrefour e o Pão-de-Açúcar situa-se entre as cinco maiores empresas privadas brasileiras, com vendas anuais acima de 4 bilhões de dólares. Entre as 100 maiores empresas privadas brasileiras, doze pertencem ao ramo varejista. O quadro abaixo identifica as dez maiores empresas varejistas do Brasil.

TABELA 1 - AS DEZ MAIORES EMPRESAS VAREJISTAS DO BRASIL – 1999

1999	NOME	ESTADO	CONTROLE	VENDAS 1999 CAPITAL (EM U\$ MILHÕES)	Nº DE EMPREGADO
1º	Carrefour	São Paulo	França	4.672	37.004
2º	Pão de açúcar	São Paulo	Brasil	4.564	34.624
3º	Sonae	Rio de Janeiro	Portugal	1.678	19.527
4º	Casas Bahia	São Paulo	Brasil	1.642	11.508
5º	Bompreço supermercado:	Pernambuco	Holanda	1.554	17.980
6º	Sendas	Rio de Janeiro	Brasil	1.398	14.782
7º	Ponto Frio	Rio de Janeiro	Brasil	1.224	5.395
8º	Makro	São Paulo	Holanda	1.125	3.068
9º	Lojas Americanas	Rio de Janeiro	Brasil	901	12.485
10º	McDonald's	São Paulo	EUA	727	Não disponível

Fonte: Baseado nos dados publicados em: Superhiper, junho de 2000, e Exame, edição Maiores e melhores, junho de 2000

4.3 TENDÊNCIAS VAREJISTAS NO BRASIL

Ao longo das últimas décadas, as instituições varejistas vêm atravessando um intenso ritmo de transformação. Se viajássemos de volta, através do túnel do tempo, e desembarcássemos em uma metrópole brasileira no início da década de 1960, ficaríamos surpresos ao verificar que a maioria dos atuais formatos de lojas não existiam naquela época. Não encontraríamos *shopping centers*, ou hipermercados, ou lojas de conveniências, ou clubes de compras, ou auto-serviços de material de construção, ou lanchonetes *fast food*, ou restaurantes por quilo, ou redes de franquias, ou locadoras de vídeos, ou *pet shops*, nem lojas de informática, nem encontraríamos empresas globalizadas como Carrefour, C&A, ou Walt-Mart. Ao longo desses 40 anos, muitos modelos de lojas foram cedendo lugar aos novos formatos, mais eficientes e mais adequados às novas necessidades do mercado consumidor.

O que poderíamos esperar no varejo brasileiro para as próximas décadas? Certamente, muitos dos atuais formatos de lojas deixarão de existir, milhares de empresas varejistas irão desaparecer e muitas outras irão surgir. Qual será o impacto do varejo virtual no desempenho e nos resultados dos atuais modelos de loja? Essa é uma questão que vem absorvendo a atenção dos varejistas em todo mundo, porém ainda não

conseguimos avaliar adequadamente todas as implicações do advento desse formato varejista. O varejo é certamente uma das atividades empresariais que vêm atravessando maior ritmo de transformação, respondendo às modificações do ambiente tecnológico, econômico e social onde está inserido. Algumas das principais tendências que vêm impulsionando a transformação do varejo no Brasil serão comentadas a seguir:

a) **Aumento da globalização.** O ritmo de globalização tornou-se especialmente intenso no varejo brasileiro durante os últimos anos. Grandes grupos empresariais estrangeiros aportaram no Brasil, com atividades próprias ou associação com grupos brasileiros. No varejo de alimentos, destacamos a expansão continuada do Carrefour, do Wal-Mart, Sonae, Makro e a participação francesa (Grupo Casino) no Pão de Açúcar, e holandesa (Grupo Ahold) no Bompreço. Enquanto que a década de 1990 testemunhou o aumento da presença estrangeira no varejo de alimentos, pode-se antever que na primeira década de 2000, deve-se registrar uma intensa expansão no Brasil das grandes empresas mundiais de varejo de não-alimentos (ex.: Office Max, Leroy Merlin, Castorama, Zara), setor onde o país ainda se encontra em patamares bem menos desenvolvidos se comparado com outros países.

b) **Aumento da consolidação.** Um pequeno número de empresas estará, cada vez mais, assumindo crescente participação no volume dos negócios varejistas. A chegada dos grupos estrangeiros, com vultosos recursos para investir, acelerou o processo da consolidação no varejo brasileiro. No varejo de alimentos, por exemplo, as cinco maiores redes de varejistas já concentraram, no ano de 1999, mais de 40% dos negócios do setor, no Brasil.

c) **Aumento do poder do varejo.** O poder de barganha dos grandes varejistas vem acentuando-se. Muitos fornecedores começam a sentir-se muito vulneráveis, pela dependência excessiva de alguns grandes varejistas, que começam a impor suas condições de fornecimento. A participação crescente das marcas próprias sinaliza a disposição do varejista em fortalecer a finalidade do consumidor para suas próprias marcas e, conseqüentemente, enfraquecer o poder dos fabricantes.

d) **Parceria e alianças com fornecedores.** O relacionamento com os fornecedores está passando por uma modificação profunda e o desenvolvimento de parcerias e alianças entre varejistas e fornecedores está sendo considerado como uma forte vantagem competitiva. Varejistas e fornecedores agora se deram conta de que é impossível oferecer valor aos consumidores sem possuir baixo custo e alta eficiência no canal de distribuição. Para atingir esses objetivos eles desenvolveram seus sistemas de logística integrada de “resposta rápida” (conhecidos no varejo de alimentos como ECR – Resposta Eficiente ao consumidor – e no varejo de não-alimentos como QR – Resposta Rápida).

e) **Polarização: massificação versus especialização.** Verifica-se uma tendência crescente para a polarização entre varejistas pequenos (especialistas) e varejistas grandes (massificados). Os grandes varejistas assumem um posicionamento de varejo de massa (ex.: hipermercados Carrefour, Extra, lojas de Departamento C&A ou Casas Pernambucanas), atingindo grandes volumes de vendas, com preços extremamente competitivos, direcionados para as grandes massas de consumidores. Os varejistas menores deverão optar pela estratégia de “Especialização”, já que conhecem profundamente seus consumidores e conseguem se especializar no atendimento de necessidades de certos segmentos de mercado.

f) **Aumento da concorrência de formatos substitutos.** A concorrência não é exercida apenas entre varejistas do mesmo formato (ex.: padarias *versus* padarias ou farmácias *versus* farmácias), mais também entre diferentes tipos de varejistas. Os varejistas não devem menosprezar as ameaças das várias alternativas existentes de concorrentes substitutos e poderão encontra-se despreparados para enfrenta-los satisfatoriamente. Assim, as padarias, por exemplo, exercem concorrência para loja de conveniência, hipermercados disputam o mercado com lojas especializadas de eletrodomésticos, os supermercados concorrem com as farmácias e as novas lojas virtuais concorrem com toda espécie de varejo que opera através de lojas.

g) **Tecnologia da informação.** A tecnologia vem liberando o tempo que os dirigentes varejistas costumavam gastar nas atividades de rotina, permitindo que tenham mais disponibilidade para se concentrar em decisões de caráter estratégicos. Melhores métodos de gestão, redução de custos de melhor atendimento às necessidades dos

consumidores são proporcionados por tecnologias, como, por exemplo, códigos de barra ópticas, EDI, reposição contínua, sofisticados sistemas logísticos, transferências eletrônicas de fundos, planogramas computadorizados, etiquetas eletrônicas, sistemas de gerenciamento de banco de dados para possibilitar melhor relacionamento com clientes.

h) **Capital humano e profissionalização.** Os varejistas começam a reconhecer a importância das pessoas para o crescimento da organização e estão empenhados em recuperar o tempo perdido, com investimentos crescente em programas de treinamento e de capacitação profissional. À medida que as empresas aumentam e se sofisticam tecnológica e mercadologicamente, os varejistas passam a necessitar de funcionários mais bem treinados e qualificados.

i) **Expansão do varejo sem loja e do varejo virtual.** O volume de vendas do varejo sem loja tende a aumentar. Programas de vendas pela televisão, vendas pelos catálogos, varejo através da Internet, vendas porta a porta e máquinas automáticas de vendas são exemplos de varejo sem loja que registram contínua expansão. De todos esses sistemas sem lojas, o varejo virtual é o de crescimento mais explosivo. Para que essa expansão ocorra, as empresas de varejo eletrônico precisarão encontrar soluções mais satisfatórias e econômicas para a distribuição e entrega dos produtos na residência dos clientes, aspecto considerando o atual gargalo do varejo virtual.

j) **Aumento do varejo de serviços.** Uma ampla gama de atividades varejistas continuará expandindo-se para responder a essas novas necessidades do mercado, tais como: salões de beleza, locadoras de vídeo, lavanderias, serviços de manutenção de carro, restaurantes, academias de ginástica, escolas, clínicas médicas etc. muitas dessas atividades não são imediatamente reconhecidas como varejo, porém uma análise mais cuidadosa sinalizará suas características varejistas.

l) **Maior foco no cliente e no marketing de relacionamento.** As empresas deverão dedicar cada vez mais esforços para satisfazerem seus clientes. Tecnologias de banco de dados estão possibilitando que os varejistas desenvolvam um relacionamento mais individualizado e duradouro com seus consumidores, procurando atender suas necessidades, através de esforços de microsegmentação, cultivando assim a fidelidade

dos clientes. A interatividade proporcionada pela Internet amplia o conceito de relacionamento para a criação de comunidade de clientes de certa empresa varejista.

m) **Mudanças no comportamento do consumidor.** A “busca da conveniência” e a “falta de tempo” são características marcantes que vêm moldando o comportamento e os hábitos de compra, em todo o mundo. Os varejistas brasileiros vêm procurando ajustar-se a essas novas expectativas dos clientes, oferecendo maior agilidade no atendimento e nos caixas, departamentalização mais bem sinalizada para facilitar o processo de compra, serviços que agregam conveniência, como funcionamento 24 horas, entrega a domicílio, vendas por telefone e Internet, e a ampliação da gama de produtos e serviços em único local através de lojas maiores e de centros de compras planejados (*shopping centers*).

n) **Aumento do sistema de auto-serviço.** Muitos setores varejistas, que tradicionalmente operavam no atendimento através do serviço de vendedores, vêm atravessando uma transformação para adotarem o estilo do auto-serviço. Assim lojas de material de construção, material de escritório, brinquedos, autopeças e até confecções vêm utilizando o sistema de auto-serviço para atender seus clientes.

o) **Mudanças nas características do mercado brasileiro.** O mercado consumidor brasileiro vem atravessando profundas mudanças: aumenta o poder de consumo nas cidades do “interior”, cresce a importância econômica das regiões Norte e Centro-Oeste, diminui a participação dos jovens e aumenta a participação do segmento da terceira idade, a população mais velha adota estilo de vida mais jovial, cresce o número de domicílios com uma só pessoa, melhora o padrão educacional da população, aumenta o número de mulheres no mercado de trabalho e os consumidores prestam mais atenção à saúde à alimentação e ao condicionamento físico.

4.4 SUPERMERCADOS BRASILEIROS NOS ANOS 90 - REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E PRINCIPAIS TENDÊNCIAS DO SETOR

As transformações econômicas ocorridas no início da década de 1990 impuseram aos supermercados reestruturações operacionais, financeiras e mercadológicas. Estas transformações têm implicado uma crescente concentração do capital no setor, a transferência do poder na cadeia produtiva dos fornecedores para os supermercados e, finalmente, a necessidade de maior disponibilidade de informações sobre os clientes. Reconhecendo a importância destas mudanças, tentamos traçar um perfil deste segmento e apontar as principais tendências deste setor no Brasil e na Bahia.

A convivência com o processo inflacionário crônico característico da economia brasileira até os anos 80, entre outros motivos, fez com que as empresas brasileiras não procurassem competir com base em estratégia articuladas voltadas para redução de preços e custos, pois lucravam principalmente a partir da aplicação financeira entre o financiamento da compra e a venda à vista. Além disso, a constante remarcação dos produtos acabava omitindo ineficiência nas operações das lojas.

O varejo alimentício brasileiro, em geral, caracterizava-se pelos seguintes fatores: precário fluxo de mercadorias entre fornecedor e varejista (ausência de padronização na paletização, embalagens inadequadas, falta de planejamento de entrega etc.); disparidades acentuadas entre o padrão de gestão das empresas, em função do grau de profissionalização predominando a gestão familiar setor intensivo em mão-de-obra, apresentando elevado *turn-over*, disparidade de qualidade entre padrões de controle interno (principalmente em estoques e compras); informalidade nas operações, até mesmo de grande vulto; freqüente indefinição de foco do negócio; elevado endividamento de algumas empresas.

A partir dos anos 90, todavia, várias mudanças impactaram o setor, como a liberação das importações e aumento das concorrência interna. A entrada de participantes externos e o conseqüente transplante de conceitos mais modernos de operacionalidade fizeram necessárias profundas transformações para a maior parte da empresas.

O plano de estabilização econômica implementado em junho de 1994, - Plano Real – também impulsionou o setor na busca por maior eficiência e por maiores espaços de mercado, verificando-se, com frequência, a disputa pelo atendimento aos consumidores das classes C, D e E, cuja demanda reprimida era grande, tanto por alimentos e gêneros de primeira necessidade, quanto por bens de consumo duráveis.

Além disso, as medidas de restrição à demanda (limitações de crédito, elevado custo do dinheiro), adotadas pelo governo logo após o crescimento do consumo desencadeado pelo Plano Real, e o aumento da inadimplência que se seguiu, afetaram as empresas varejistas que já enfrentavam dificuldades em razão de inadequações operacionais e administrativas e expôs a necessidade do setor em adaptar rapidamente e inserir-se no novo padrão de competitividade mediante cortes nos custos e modelos de gestão mais eficientes.

Outro fator que influenciou na reestruturação dos supermercados foi a implementação do código do consumidor, no início da década de 90, pois este contribuiu para formação de consumidores mais exigentes e cientes de seus direitos. Isto levou empresas a buscarem a satisfação do cliente, pois é ele que irá garantir a sobrevivência dos negócios, uma vez que o custo de atrair novos consumidores pode representar cinco vezes o custo de manter um consumidor satisfeito.

4.4.1 A busca da eficiência

Para sobreviver à concorrência internacional e atender aos novos padrões de consumo, os supermercados brasileiros tiveram que incorporar modelos internacionais de gestão:

- a profissionalização dos administradores substituindo as estruturas familiares;
- redefinições da área de atuação (foco);

- mudança de enfoque (lucro operacional x lucro financeiro);
- procura por mecanismo de financiamento;
- melhoria da administração de custos via redução e planejamento, notadamente, dos estoques das lojas; e automação.

Na verdade, a automação é o instrumento que permitiu a implementação das novas técnicas organizacionais e gerenciais.

Ainda faz parte da estratégia dos supermercados centrar esforços na qualidade, atendimento e serviços prestados aos consumidores. Também nesse sentido, a automação é muito importante, uma vez que garante maior rapidez ao atendimento ao cliente, bem como permite traçar o seu perfil e conhecer os seus hábitos a fim de realizar promoções específicas para o público específico que frequenta determinado supermercado.

4.4.2 Automação e informatização

O processamento automático de informações e a automação comercial visam melhorar a gestão de compras, de estoques, de preços e vendas e têm se revelado o instrumento mais eficiente para concretização de novos parâmetros operacionais, proporcionando maior agilidade na tomada de decisões.

O Brasil tem absorvido e incorporado a maioria das tecnologias de formação do varejo de auto-serviço especialmente a chamada telemática (combinação da micro-eletrônica com a tecnologias de informação e comunicação).

O avanço da telemática, permitindo a formação de redes internas que informam e controlam funções e atividades em diferentes níveis, reduziu as deseconomias dos

tamanhos organizacionais e os custos intra-hierarquiais. Assim, grandes redes empresariais podem realizar eficientemente a gestão e coordenação de suas funções.

Já a adoção do código de barras, que foi tardia no Brasil, permite a obtenção de dados em tempo real, facilita o gerenciamento dos estoques e das vendas, reduz o tempo de espera nas filas e contribui com a atuação do marketing. Em resumo, é a ferramenta capaz de agilizar as relações entre a indústria, o varejo e o consumidor. Assim, o sistema EDI (Intercâmbio Eletrônico de Dados) é um elemento cada vez mais importante na cadeia varejista e de suporte à atividade de distribuição, substituindo documentos comerciais entre fornecedores e supermercados.

O grande resultado do EDI é a “Resposta Eficiente ao Consumidor”, ou ECR. Através deste, distribuidores e fornecedores trabalham em conjunto, mediante compartilhamento de informações, visando a redução de custos de estoques totais e o aprimoramento do atendimento ao cliente (que após a estabilização da moeda realiza mais visitas aos supermercados) através do sortimento correto da loja. De acordo com Santos e Gimenez (1999) suas principais ferramentas são:

“Utilização do EDI para troca de documentos entre fornecedores e supermercados;

Adoção da técnica de pedidos por computador, com base nas informações coletadas pelo PDVs (terminais de ponto de vendas);

Uso da técnica de Custeio Baseado em atividades (ABC) para identificação, análise e alocação de custos das atividades desempenhadas na empresa, eliminando-se as que não agreguem valor;

Adoção do processo de reposição contínua e automática de estoques; e

Gerenciamento por categoria de produtos como unidades estratégicas de negócios.”

Para termos uma idéia do impacto dessa mudanças no Brasil, é importante observar o perfil do segmento.

4.5 PERFIL SUPERMERCADISTA BRASILEIRO

O estudo apresentado a seguir tem por base o ranking ABRAS/Superhiper de 1997, que engloba as 300 maiores empresas do setor.

Com base na tabela a seguir percebe-se que houve uma redução da área de vendas em 2,8% e do número de lojas em 21,2%, indicando que houve aumento da área de vendas por loja (23,3%). Isso aponta para o fato de que podem ter ocorrido dois fenômenos: as lojas dos supermercados tiveram seu espaço ampliado e/ou, após terem sido fechados uma gama de estabelecimento, permaneceram abertos, com maior frequência, os grandes ou seja, lojas com maior quantidade de itens (principalmente os hipermercados) e com uma variedade maior de bens não alimentícios, a fim de obter ganhos de escala. Esse quadro é resultado da estratégia agressiva de grandes redes de supermercados como Carrefour, Wal-Mart, Pão de Açúcar e Bompreço, que investe pesadamente nas lojas, tornando-as centros de compras, com farmácias, lanchonete, fraldário etc. nestas lojas vende-se tudo, da fralda ao brinquedo; da comida ao eletrodoméstico.

Outra evidência de que as lojas maiores, notadamente os hipermercados, estão se espalhando está no aumento de 16,2% do número de *check-outs* por loja.

TABELA 2 - Evolução da Estrutura Física das 300 Maiores Empresas de Supermercados no Brasil

Ano	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	97/90
Nº de lojas	4.042	3.548	3.440	3.430	3.140	3.100	3.059	3.187	
Variação (%)		-12,22	-3,04	-0,29	-8,45	1,34	-2,58	2,81	-21,2
Área de vendas (m ²)	4.223.66	3.952.97	3.923.81	3.935.54	3.871.88	3.905.34	3.752.78	4.106.84	
Variação (%)		6,4	-0,74	0,30	-1,62	0,86	-3,91	0,1	-2,8
Nº de chek-outs	42.463	39.597	39.517	39.939	39.295	39.369	36.648	39.030	
Variação (%)		-6,4	-0,20	1,06	-1,61	0,18	-6,91	6,52	-8,1
Área de vendas (m ²)/loja	1.045	1.114	1.141	1.147	1.233	1.277	1.211	1.289	
Variação (%)		6,60	2,42	0,53	7,50	3,56	-5,16	6,44	23,3
Nº de chek-outs loja	10,5	11,2	11,5	11,6	12,5	12,9	11,8	12,2	
Variação (%)		6,66	2,68	0,86	7,76	3,2	-8,53	3,38	16,2

Fonte: Superhiper – Abril 99

De acordo com a tabela 2 pode-se notar uma redução de 47.615 postos de trabalho (15,46%), como conseqüência da automação comercial e de novas relações de

trabalho, com por exemplo, a figura do repositor de estoque pelo representante dos fornecedores na arrumação das gôndolas e a eliminação do cargo do indivíduo que pesava hortifrutículas e cujas atividades passaram a ser desenvolvidas pelo caixa.

Apesar do ligeiro aumento do número de funcionários/loja, a responsabilidade e o ritmo de trabalho dos empregados nos supermercados aumentaram, uma vez que passaram a trabalhar aos domingos, feriados e nas lojas 24 horas. Da mesma forma, houve ampliação da área a ser cuidada uma vez que a redução do número de lojas (21,2%) foi maior que a do número de funcionários (15,46%).

A redução do número de empacotadores foi a principal causa da redução do número de funcionários por check-out em 8,04%.

TABELA 3 – EVOLUÇÃO DO EMPREGO NAS 300 MAIORES EMPRESAS DE SUPERMERCADOS NO BRASIL

Ano	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	97/90
Funcionários	308.01	273.92	267.66	282.12	278.55	273.92	254.19	260.39	
Variação (%)		-11.07	-2.28	5.40	-1.27	-1.66	-7.20	2.44	-15.46
Func./loja	76.20	77.20	77.81	82,25	88.71	88.36	83.10	81.71	
Variação (%)		1.31	0.78	5.71	7.85	-0.39	-5.96	-1.67	7.22
Func./chek-out	7.25	6.92	6.77	7.06	7.09	6.96	6.94	6.67	
Variação (%)		-4.63	-2.09	4.29	0.35	-1.84	-0.32	-3.83	-8.04
Func./área (m ²)	0,07	0,07	0,07	0,07	0,07	0,07	0,07	0,06	
Variação (%)		-1.56	1.56	5.09	0.35	-2.50	-3.43	-6.39	-13.05

Fonte: Adaptação da Superhiper – Abril 2000

4.6 DESPERDÍCIO NAS REDES DE SUPERMERCADO E O PROGRAMA “PRATO AMIGO” – O CASO DO BOM PREÇO LOJA CHAME-CHAME EM SALVADOR

Pode-se observar sem exageros, que jamais tantos seres humanos viveram com tamanha prosperidade material; jamais tantos seres humanos viveram com a miséria e com a fome, como hoje. Os que morrem de fome ultrapassam o número dos mortos de

todas as guerras do nosso século. Nunca foi tão geral a consciência da injustiça quanto à distribuição dos bens.

Um dos problemas enfrentados pelo Brasil é o desperdício em todos os segmentos da cadeia produtiva de alimentos, da lavoura à mesa do consumidor. Encontrar alternativas que ajudem a minimizá-lo constitui desafio não só para os governos como para a sociedade. Ao mesmo tempo, não se pode perder de vista que esta realidade abriga um paradoxo, na medida em que, se de um lado há o desperdício, do outro o País convive com um grande contingente de pessoas que estão à margem do mercado consumidor.

Na atualidade, um dos grandes problemas das redes supermercadistas no Brasil é a questão do desperdício, para tanto vem utilizando um conjunto de técnicas, para reduzir os custos e aumentar a competitividade. Que os japoneses chamam kaisen e é baseado em quatro princípios: trabalho de equipe; comunicação; uso eficiente de recursos e eliminação de desperdícios; e melhoria contínua.

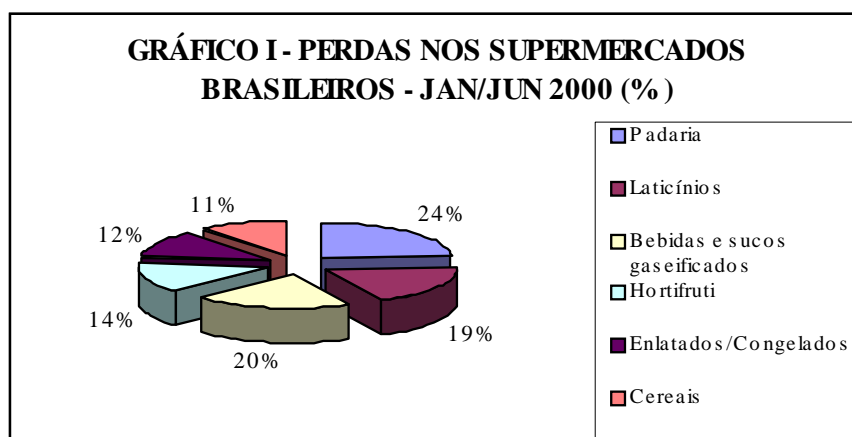
Os desperdícios nos Supermercados brasileiros se concentram principalmente no setor de alimentos: hortifruti, enlatados, padaria, queijos e frios, bebidas em geral. Os desperdícios mais característicos se concentram em furtos e perda por fim da vida útil, isto é, estragados por fermentação ou por decomposição.

Os dados do primeiro semestre do ano de 2000 apresentam os seguintes números:

QUADRO 4 – PERDAS NOS SUPERMERCADOS BRASILEIROS – JAN/JUN 2000 (%)

SETOR	(%)
Padaria	4,39
Laticínios	3,51
Bebidas e sucos gaseificados	3,6
Hortifruti	2,58
Enlatados/Congelados	2,29
Cereais	2,03

FONTE: SUPERHIPER, mar-abr, 2001.

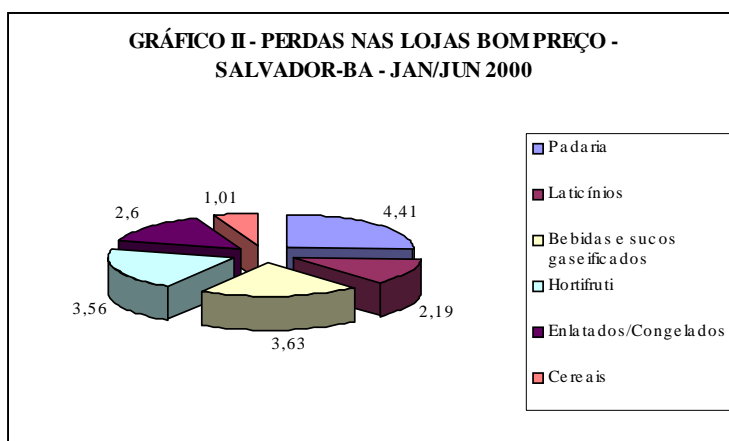


Neste mesmo período, as lojas do supermercado BOM PREÇO, reconhecidamente uma das maiores cadeias supermercadista do Nordeste, apresentou os seguintes índices de perda no setor de alimentos:

QUADRO 5 – PERDAS NA LOJA BOM PREÇO – CHAME-CHAME EM SALVADOR-BA – JAN/JUN 2000 (%)

SETOR	(%)
Padaria	4,41
Laticínios	2,19
Bebidas e sucos gaseificados	3,63
Hortifruti	3,56
Enlatados/Congelados	2,6
Cereais	1,01

FONTE: relatório loja chame-chame B-515,mar-abr, 2001.



A Loja Chame-Chame, alvo do nosso trabalho, teve uma quebra de 3,56% no setor de hortifruti, sendo menor somente que os setores de padaria e sucos gaseificados. Fato este compreensível por se tratar de um setor de produtos muito perecíveis.

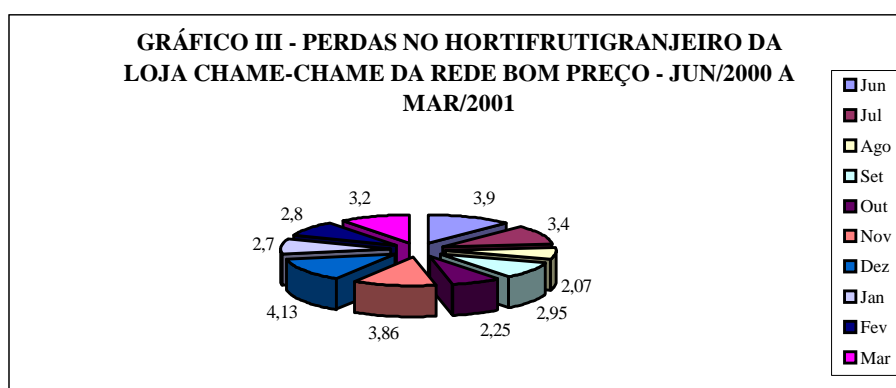
Para esta pesquisa de cunho monográfico, interessa particularmente focar atenção no desperdício observado no setor de alimentos, com especificidade na Loja Bom Preço Chame-Chame, como ambiente de amostragem na seção de hortifrutigranjeiros, pois a abordagem central deste trabalho diz respeito à fome e a ausência de políticas públicas para estimular o combate ao desperdício de alimentos.

O hortifrutigranjeiro, da Loja Chame-Chame da rede de supermercados Bom Preço apresenta os seguintes dados significativos, numa amostragem de junho de 2000 a março de 2001:

QUADRO 6 – PERDAS NO HORTIFRUTIGRANJEIRO DA LOJA CHAME-CHAME DA REDE BOM PREÇO – JUN/2000-MAR/2001

MÊS	PERDAS (%)
Jun	3,90
Jul	3,40
Ago	2,07
Set	2,95
Out	2,25
Nov	3,86
Dez	4,13
Jan	2,7
Fev	2,8
Mar	3,2

FONTE: Relatório da Loja Chame-Chame – 515.



O desperdício no Brasil é estimado em 20 a 30% da produção, desde o início do processo até seu consumo. São diversos os motivos que levam o alimento para o lixo, como a manipulação incorreta ou os preços altos que não permitem o consumo.

O setor de hortifrutigranjeiros da Loja Chame-Chame da Rede Bom Preço, em Salvador, apresenta um desperdício médio mensal, nos meses acima observados de 2,98%.

Buscando minimizar os impactos do desperdício do setor de hortifrutigranjeiros, a Loja Bom Preço, Chame-Chame, em Salvador-BA, adotou medidas como o aproveitamento dos excedentes de hortifrutigranjeiros e produtos considerados fora dos padrões de comercialização, pelo alto grau de maturação, beneficiando, por meio de doações, várias entidades de assistência social, como creches, asilos e casas de apoio, através do projeto Prato Amigo, da Prefeitura Municipal de Salvador, que será melhor analisado posteriormente.

Os produtos doados passam por uma criteriosa seleção para posteriormente serem encaminhados às entidades. Como os alimentos normalmente são de época, não se pode escolher ou determinar a espécie recolhida.

O Programa Prato Amigo foi implementado pela Prefeitura Municipal do Salvador através da Secretaria Municipal da Administração – SEAD, sob a coordenação geral do Instituto Ação Comunidade - IAC.

É um programa de complementação alimentar que estabelece um vínculo de parceria entre organizações que dispõem de alimentos excedentes, de qualidade, porém

não comercializáveis, e instituições sociais que trabalham com segmentos carentes da população oferecendo alimentação e tem como objetivos:

- # Complementação alimentar da refeição servida nas instituições sociais cadastradas;
- # Aproveitamento integral de alimentar:
- # Diminuição de desperdício de alimentos:
- # Promoção de aspectos quanto á educação alimentar nas instituições sociais:
- # Facilitação da ação social das empresas nas áreas de produção e distribuição de alimentos

O Programa – “Prato Amigo” conta atualmente, com 12 profissionais envolvidos:

- 01 coordenadora operacional
- 01 assistente social
- 03 nutricionistas
- 01 digitadora
- 03 motoristas
- 03 ajudantes

Os principais parceiros diretos do Programa, na atualidade:

- **Universidade do Estado da Bahia - UNEB:** orientação técnica nutricional e disponibilização de nutricionistas
- **Associação Baiana de Supermercados - ABASE :** através de seus associados, se encarrega da doação dos alimentos.

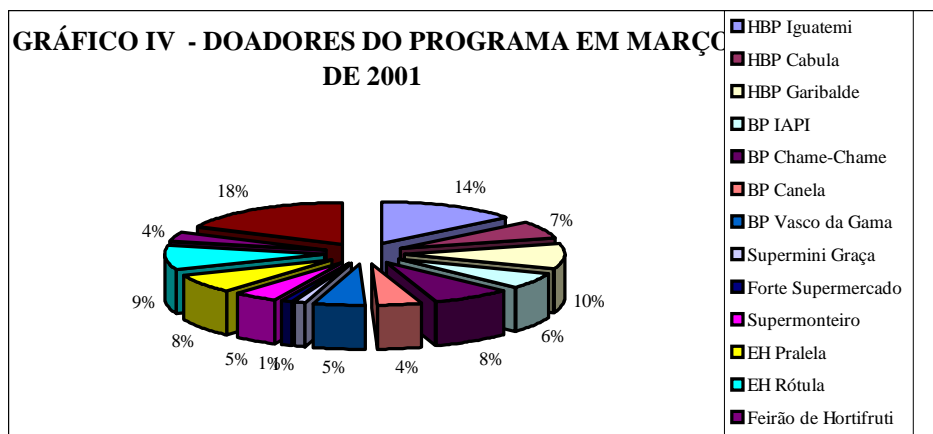
A ABASE possui 97 organizações doadoras participantes:

- Bompreço: 45 lojas.
- Supermini da Graça
- Forte Supermercado
- Supermonteiro
- Extra Hipermercados: Paralela e Rótula
- Feirão de Hortifruti Ltda e Sacolão
- G Barbosa
- Perini Pituba
- Néctar Dist, de Frutas
- Iaçú Agropastoril
- CEASA = 41 doadores

QUADRO 07 – DOADORES DO PROGRAMA EM MARÇO/2001

DOADOR HORTIFRUTI	(%)
HBP Iguatemi	14,20
HBP Cabula	6,60
HBP Garibalde	10,10
BP IAPI	6,10
BP Chame-Chame	8,10
BP Canela	4,30
BP Vasco da Gama	5,20
Supermini Graça	1,20
Forte Supermercado	1,10
Supermonteiro	4,50
EH Pralela	7,50
EH Rótula	9,30
Feirão de Hortifruti	3,70
*CEASA	18,10
TOTAL	100,00

(*) 41 Doadores



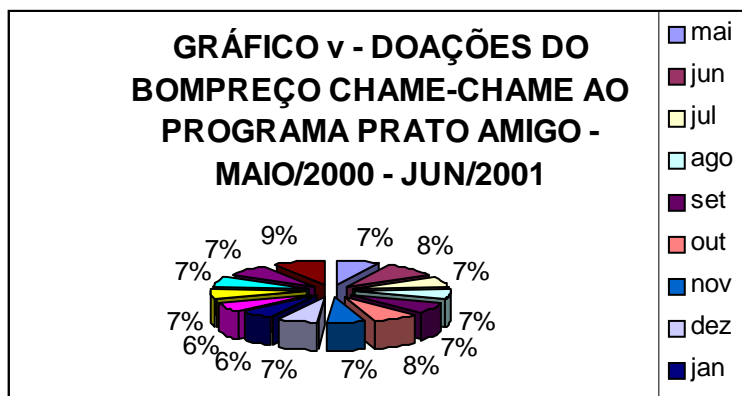
O processo de seleção de alimentos, realizada pelos motoristas e ajudantes, sob supervisão periódica dos nutricionistas, que avaliam a qualidade dos produtos colocados à disposição do Programa, de acordo com as normas de Higiene Sanitária de Alimentos, possui entre os produtos de hortifrutigranjeiros os índices mais elevados, compreendendo atualmente 97% das doações totais recebidas por mês pelo Programa Prato Amigo, compreendendo um total de 110 toneladas de alimentos, dos quais são totalmente aproveitados e destinadas às “oficinas” de culinária onde terão utilização integral. Estes alimentos beneficiam 20.200 pessoas de 162 instituições sociais de Salvador e da região metropolitana, correspondendo a 1.4 milhão de refeições por Mês.

O BomPreço Chame-Chame, no período de maio/2000 a junho/2001, promoveu doações no total de aproximadamente 42 toneladas, como demonstra o quadro a seguir:

QUADRO 08 - DOAÇÕES DO BOM PREÇO CHAME-CHAME AO PROGRAMA PRATO AMIGO – maio/2000-jun/2001 (t)

MÊS	TONELADAS
Maio	2,971
Jun	3,945
Jul	3,059
Ago	2,742
Set	2,785
Out	3,211
Nov	2,727
Dez	2,769
Jan	2,465
Fev	2.516
Mar	3,129
Abr	2,854
Mai	3,135
Jun	3,634
TOTAL	41,942

FONTE: Relatório de Doações do Programa Prato Amigo, 01/05/2000 a 30/06/2001



O Programa realiza, ainda, treinamentos, como:

- Curso Básico obrigatório: "**Higiene e Manipulação de Alimentos**"
- Curso: "**Noções de Alimentação, Nutrição e Elaboração de Cardápios**";
- Oficinas culinárias de aproveitamento integral de alimentos:
- **Frutas I e Hortaliças I** - Bananas e Hortaliças
- **Frutas II e Legumes I** - Abacaxi, Tomate e Pimentão
- Palestra: "**Nutrição, Atividade Física e Qualidade de Vida**"

Para incentivar a participação da sociedade no Programa, já foi divulgado em algumas mídias neste período Balanço Geral (TV Record), Diário Oficial do Município, Super Revista (Abase) e nos jornais Correio da Bahia, Tribuna da Bahia e A Tarde).

Aproveitando os excedentes de hortifrutigranjeiros e produtos considerados fora dos padrões de comercialização, pelo alto grau de maturação, o Programa Prato Amigo beneficia, por meio de doações, várias entidades de assistência social, como creches, asilos e casas de apoio.

Atualmente o Programa Prato Amigo vem buscando desenvolver as seguintes estratégias e táticas para aumentar a sua atividade junto às comunidades carentes:

Quadro 09 – ESTRATÉGIAS E TÁTICAS DO PRATO AMIGO

	ESTRATÉGIAS	TÁTICAS
Produto (doações)	<ul style="list-style-type: none"> ■ Aumentar mercado doador ; ■ Aumentar doações diversificando o tipo de alimentos doados; 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Aumentar o número de parceiros doadores (público alvo) de X para Y; ■ Aumentar doações de X t (2001) para Y t/ao ano (2004); ■ Sensibilizar os dirigentes das empresas, para diversificar as doações;
Custo Benefício	Aumentar a relação custo benefício	<ul style="list-style-type: none"> ■ Aumentar doações de X t (2001) para Y t/ao ano (2004), mantendo o custo fixo;
Mercado Consumidor de Alimentos	Aumentar número de beneficiários	<ul style="list-style-type: none"> ■ Aumento de X para Y e posteriormente para Z das Instituições Sociais no Município
Coleta e Distribuição de Alimentos	Aumentar disponibilidade de veículos para coleta	<ul style="list-style-type: none"> ■ Flexibilidade de locação diária e mensal de veículos, através de licitação ou patrocínio;
Comunicação	Intensificar Marketing do produto	<ul style="list-style-type: none"> ■ Divulgação na mídia; ■ Jornal semestral do programa; ■ Folder; ■ Adesivos; ■ Cartaz/ banner; ■ Outdoor; ■ Encontros /Certificado de Solidariedade anual; ■ Linha 0800; ■ Site Internet; e-mail; ■ Plotagem em veículos; ■ Filme do Programa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realidade econômica brasileira revela que as taxas de crescimento da economia, ainda não são suficientes para combater os problemas sociais.

Os Cenários Econômico, Demográfico, Político - Legal e Sócio - Cultural Ecológico atuais, aliados ao problema da má distribuição de renda no Brasil, contribuem para o aumento da fome e do desperdício de alimentos, comprometendo a qualidade de vida da população carente.

O grande desafio de hoje, é justamente a preocupação com a qualidade de vida que não pode ser dissociada do uso racional dos recursos do planeta. Combater o desperdício torna-se prioridade, principalmente, se associado a luta contra a fome, assegurando a todos o acesso a uma alimentação básica de qualidade, em quantidade suficiente.

Como mencionado anteriormente, os problemas da fome e do desperdício podem ser minimizados através de ações que permitam à população carente o acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente.

Para tanto, deve-se atentar, para a máxima segurança e qualidade destes alimentos desde a doação até a finalização. É imprescindível que sejam ministrados, cursos e palestras bem como a realização de visitas , objetivando uma alimentação segura para a clientela assistida.

Esta é a proposta do Programa de Complementação Alimentar, retratado neste projeto piloto para implantação em outros Municípios interessados. Este projeto foi elaborado através de subsídios técnicos e operacionais de dois programas semelhantes já em funcionamento no Brasil, o Prato Amigo - Programa de Complementação Alimentar e o Mesa São Paulo - Colheita Urbana conferindo-lhe solidez, demonstrando a viabilidade e eficácia do mesmo.

Para a criação de um Programa, é necessário constituir um grupo de pessoas que acreditem nos valores da proposta e assumam as funções necessárias a esta operacionalização, determinar o público alvo de doadores e da demanda, com a implementação de parcerias. Posteriormente, promover o treinamento dos profissionais, voluntários, montar o escritório central, informatizar procedimentos administrativos e de controle, implantar sistema de comunicação e equipar veículos.

É necessário ainda integrar-se aos movimentos de combate à fome, ter caráter empresarial e permanente, ter profissionais e voluntários. É importante o estabelecimento de planejamento estratégico, orçamentos, controle de custos e sistema de controle com total transparência do processo.

Um Programa de Complementação Alimentar para se tornar um sucesso, necessita da participação e engajamento de toda a sociedade. Este é o grande desafio, a busca de parcerias eficazes e construtivas.

A preservação do meio ambiente com a eliminação do desperdício dos produtos naturais produzidos, a qualidade de vida e a necessidade de suprir as carências nutricionais de grande parte da população de nossas cidades e, de outro lado, a quantidade de alimentos hoje desperdiçados e que podem ser aproveitados, é de responsabilidade não apenas dos governos estadual e municipal, mas também da iniciativa privada, das Organizações Sociais e de cada cidadão imbuído de solidariedade e capacidade de trabalho para redução da miséria e da fome.

O Programa – “Prato Amigo” iniciou suas atividades dia 08/05/2000 e **desde então tem uma** ação permanente de aproveitamento de alimentos. Consiste numa coleta de alimentos realizada na cidade de Salvador, que estabelece um vínculo entre aqueles que dispõem de alimentos excedentes, mas próprios para consumo, e as instituições sociais que trabalham com segmentos carentes da população, oferecendo alimentação, mas que não os possui em quantidade suficiente. **Busca onde sobra e entrega onde falta.** Ao mesmo tempo que complementa a refeição servida nas Instituições Sociais, contribui para diminuir o desperdício dos alimentos.

Este Programa permite que as organizações, principalmente as do ramo de produção, comercialização e distribuição de alimentos, desenvolvam um atividade social, dentro de padrões, controle e transparência rigorosos. A organização, ao mesmo tempo que tem sua ação social facilitada através desse Programa, pode ter a certeza absoluta que estará ajudando a consolidar os programas sociais educativos que dezenas de instituições estão desenvolvendo em nosso país. Uma parceria eficaz e construtiva. Quanto mais organizações participarem deste Programa mais instituições poderão ser atendidas.

O Programa complementa, ainda, sua ação, colocando à disposição das Instituições, cursos, oficinas culinárias, palestras, visitas e estágios e toda a orientação necessária para que possa permitir à sua clientela uma alimentação segura. É necessário garantir a máxima segurança e qualidade para estes alimentos, desde sua doação até sua finalização.

A parceria do Programa “Prato Amigo”, com a rede de Supermercados Bom Preço, traz à tona a questão do desperdício de alimentos e do combate à fome no Brasil, suas dificuldades, a análise da situação atual do País, a necessidade da participação do município, da sociedade e de instituições que se debruçam sobre o assunto e desenvolvem programas desta natureza.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ABRAMOVAY, Ricardo. *O que é fome*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

ABRANCHES, Sérgio Henrique. *Os despossuídos – crescimento e pobreza no país do milagre*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

AMARAL, P. Pompêo do. *Discriminação e mistificação em alimentação*. São Paulo: Alfa Ômega, 1996.

BANDEIRA, Moniz. *Cartéis e desnacionalização – a experiência brasileira: 1964-1974*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

BRITO, Paulo. *Análise comparativa de projetos de investimento*. Salvador: UFBA, 1979. (Tese de Mestrado).

_____. *A viabilidade do pequeno e grande nordeste*. São Paulo: FEA/USP, 1991. (Tese de Doutorado).

_____. *Avaliação econômica de projetos de investimento*. Salvador: UCSal, 1995.

_____. *Política econômica brasileira contemporânea*. Salvador: UCSal, 1998.

BUENO, Ricardo. *Porque faltam alimentos no Brasil?* Petrópolis: Vozes, 1995.

BURBACH, R. e FLYNN, P. *Agroindústria nas américas*. (Trad. De Walter Dutra). Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

CAMPINO, Antônio Carlos. *Nutrição e desenvolvimento econômico*. São Paulo: IPE, 1993.

CARMO-NETO, Dionísio. *Metodologia para principiantes*. 2. ed., Salvador: Universitária Americana, 1993.

CASTRO, Josué de. *Geografia da fome*. 10. ed. Rio de Janeiro: Antares, 1984.

CASTRO, Josué. *Geografia da fome*. São Paulo: Brasiliense, 1946.

CORREIO DA UNESCO, out/nov., ano 10 e 11, p. 25, 1982.

DESNUTRIÇÃO, miséria e patologia”. *Ciência hoje*. SBPC, n.º 5, mar, 1983.

GAVA, Altanir. *Princípios de tecnologia de alimentos*. São Paulo, Hucitec 1989.

- GUIMARÃES, Reinaldo. *Medicina no Brasil*. 4. ed., Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- KRAUSE , MAHAN. *Alimentos, nutrição, dietoterapia*. 7. ed., São Paulo: Roca, 1989.
- MARLET, José Maria . *Saúde da comunidade*. 2. ed., São Paulo: McGraw Hill, 1998.
- PFEFERMANN, Guy , WEBB, Richard. Pobreza e distribuição de renda. *Rev. Bras. de Economia*. Rio de Janeiro, p. 147-175, abril/jun, 1982.
- RICHERS, R. *O que é marketing*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense. 1984.
- RODRIGUES, Maria Cecília Prates. *Conjuntura Econômica*. Rio de Janeiro: FGV, p. 73-77, 1995.
- SZMRECSANYI, Tamás. *Malthus*. São Paulo: Ática. 1979.
- WILKINSON, John. *O futuro do sistema alimentar*. São Paulo: Hucitec, 1991.